



Relatório e Contas 2021

Introdução	3
A Empresa e Órgãos Sociais	4
Objeto Social	10
Missão, Visão e Valores	12
As prioridades para 2022	14
Envolvente Externa	18
A Frota, Cronograma e Rotas	24
Ano 2021 em Análise	27
Departamento de Planeamento e Comercial	34
Direção de Operação e Recursos Humanos	41
Departamento de Qualidade, Higiene e Segurança Laboral	48
Direção de Sistemas de Informação	52
Direção de Manutenção	54
Análise Económica e Financeira	58
Anexos	
Agenda das Atas do Conselho de Administração	76

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 14º do Pacto Social, bem como dos art.º 15º e 16º do Decreto Legislativo Regional n.º7/2008/A, de 24 de março, vem o Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A. apresentar o *Relatório de Gestão e os documentos de prestação anual de contas*, referentes *ao ano de 2021*.



A Empresa e os Órgãos Sociais

Sede Social e Escritórios:

A Atlânticoline, S.A., está sediada na Rua Conselheiro Miguel da Silveira, n.º 31, na Horta, ilha do Faial, e mantém o seu escritório em Ponta Delgada, sito à Gare Marítima do Terminal Oceânico – Portas do Mar – Avenida Infante D. Henrique.

Tem uma rede própria de lojas/atendimento ao público em Ponta Delgada, Horta, Madalena, São Roque, Velas e também na Calheta (São Jorge), esta última apenas nos meses de verão.

Em virtude da existência de um protocolo com a Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC), a Atlânticoline, S.A. usufrui da sua rede de atendimento presencial e de venda, com cerca de 54 lojas espalhadas pelo arquipélago dos Açores. Em 2021 a RIAC garantiu a venda direta em porto na Praia da Vitória (ilha Terceira) e na vila da Praia (ilha Graciosa).

Estrutura Acionista:***Capital, Estrutura Acionista e Participações noutras Empresas:***

Capital Social: 7.145.400,00€ - Sociedade Anónima (S.A.)

Acionistas:

- 7.145.400,00€ (1 milhão, 400 mil e 29 ações) – 100,00% do capital detido pela “Região Autónoma dos Açores, adiante designada RAA”.

Conselho de Administração (CA):

Francisco Duarte da Silva Bettencourt, Vogal Executivo do Conselho de Administração desde 10 de março de 2022. Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, com especialização nas Áreas Financeira e Comercial; Pós-Graduado em Gestão Pública - Universidade dos Açores. Anteriormente foi Responsável pelo Departamento de Auditoria Interna e Inovação, Responsável pelo Departamento de Planeamento Estratégico, Controlo de Gestão e Estudos e Diretor de Exploração na empresa Portos dos Açores, S.A. (2008 a 2022). Trabalhou ainda na Empresa Sonae-Imobiliária, onde desempenhou as funções de Diretor Adjunto do Centro Comercial Parque Atlântico, e na empresa Eletricidade dos Açores (1993 a 2008), onde desempenhou diversas funções, nomeadamente Responsável pelas áreas de Call Center, de Marketing, do Ciclo Comercial e de Desenvolvimento Organizacional e Formação. Vereador Não Executivo na Câmara Municipal de São Roque do Pico no mandato 2017-2020. Foi representante da empresa Portos dos Açores, S.A. em vários projetos europeus relacionados com a sustentabilidade ambiental.

César Augusto Formiga da Cruz, Vogal não executivo, terminou, em novembro de 1992, os três primeiros anos do Curso Superior de Pilotagem, na Escola Náutica Infante D. Henrique, equiparado ao grau de Bacharel. Desempenha a função de Piloto, sendo nomeado para o cargo de chefia do Departamento de Pilotagem, da atual Portos dos Açores, S.A., em julho de 2009. Em 2011 assumiu as funções de vogal não executivo da Atlânticoline, até à data.

Competências do CA (resumo):

- Gerir os negócios e praticar todos os atos e operações inseridos no objeto social;
- Elaborar os planos anuais e plurianuais de investimento;
- Elaborar o orçamento e suas alterações, bem como outros documentos previsionais, anuais ou plurianuais;
- Elaborar o relatório de gestão e contas do exercício, bem como a proposta de aplicação de resultados;
- Efetuar os seguros pessoais, patrimoniais ou outros necessários;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre os empregados e sua remuneração;
- Nomear e exonerar os responsáveis pelos serviços, bem como admitir, contratar e exonerar o pessoal necessário ao desempenho das tarefas;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, alienar ou onerar bens e direitos, móveis e imóveis;
- Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;
- Constituir mandatários para o exercício de atos determinados;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei especial ou pela Assembleia Geral.

Mesa da Assembleia Geral:

Rogério Gomes Moitoso - Presidente

Leonardo Miguel Arruda Araújo da Costa Ponte – Secretário

Competências da Assembleia Geral (resumo):

- Apreciar o relatório do CA, discutir e votar o balanço, as contas, o relatório e o parecer do Fiscal Único e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Aprovar os planos anuais e plurianuais de investimento;
- Aprovar o orçamento de exploração e de investimentos anual;
- Eleger e exonerar os membros da mesa da Assembleia Geral, do CA e o Fiscal Único e o seu suplente;
- Deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;
- Autorizar a aquisição, a oneração e a alienação de imóveis e a realização de investimentos quando o respetivo valor exceda o limite fixado anualmente em Assembleia Geral e não estejam contempladas na segunda e terceira alínea;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros títulos de dívida;
- Deliberar sobre a emissão ou conversão de ações ou outros títulos em forma meramente escritural.

Fiscal Único:

UHY Oliveira, Branco e Associados, SROC, Lda. representada por Manuel Luís Fernandes Branco, ROC - Fiscal Único
António Tavares de Oliveira, ROC – Suplente do Fiscal Único

Competências do Fiscal Único (resumo):

Além das competências constantes da lei geral, cabe, em especial, ao Fiscal Único:

- Examinar, sempre que julgue conveniente, e pelo menos uma vez por mês, a escrituração da sociedade;
- Acompanhar o funcionamento da sociedade e o cumprimento das leis, dos estatutos e dos regulamentos que lhe forem aplicáveis;
- Assistir a reuniões do CA, sempre que o entenda conveniente ou para tal for convocado;
- Pedir a convocação extraordinária da Assembleia Geral, quando o entenda necessário;
- Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço, o inventário e as contas anuais;
- Solicitar ao CA a apreciação de qualquer assunto que entenda dever ser ponderado;
- Pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo CA.



Objeto Social

- A Atlânticoline tem como objeto social a **exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias**, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, em toda a Região Autónoma dos Açores (RAA), em todo o território nacional e estrangeiro;
- Na prossecução do seu objeto social a **sociedade pode explorar navios próprios ou de terceiros**, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem;
- A Atlânticoline poderá, ainda, exercer a sua atividade comercial, em todas as áreas direta ou indiretamente ligadas aos transportes marítimos, nomeadamente a **exploração de portos, cais, marinas e respetivos estabelecimentos comerciais integrantes ou anexos**, prestação de serviços a embarcações marítimas de transportes, serviços de restauração e hotelaria a bordo de navios e, ainda, arrendamento de imóveis, frações comerciais e habitacionais, bem como serviços de formação, consultadoria e assessoria nas áreas conexas com a sua atividades principal e desde que devidamente habilitada.



Missão, Visão e Valores

Missão

- Assegurar um serviço de transporte marítimo de pessoas e veículos, com segurança e fiabilidade, contribuindo para o desenvolvimento económico e social dos Açores, enquanto região, e de cada uma das suas ilhas em particular;

Visão

- Ser a referência no transporte marítimo de pessoas e veículos na RAA;

Valores

- Ambição; Competência; Disponibilidade para a mudança; Ética; Inovação; Isenção; Otimização de recursos; Orientação para o cliente; Responsabilidade (social e ambiental); Rigor e Segurança.



As Prioridades para 2022



Objetivos e Orientações

Garantia da Satisfação de um Serviço Público:

- Concretizar a missão para a qual foi criada a Atlânticoline, ou seja, a de prestar um serviço público orientado pela obtenção de satisfação de uma necessidade coletiva - a de disponibilizar transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, nos Açores;
- Concorrer aos procedimentos concursais destinados a garantir a satisfação das obrigações de serviço público no âmbito do transporte regular e sazonal de passageiros e veículos. Para o efeito, a Atlânticoline disponibilizará a frota própria e, quando for necessário, através do recurso ao fretamento de navios.

Preocupação com o Equilíbrio Económico e Financeiro:

- Consubstanciar a atividade da Atlânticoline com base na previsibilidade, em função do planeamento previsional e de objetivos anuais mensuráveis, que permitam o contínuo acompanhamento e a avaliação, a análise de desvios, a correção ou a introdução de planos de contingência perante imprevistos, ou sempre que as premissas e o contexto sofram alterações;
- Desenvolver um contínuo esforço para otimizar a operação, conjugando as ações necessárias ao desenvolvimento económico e social e à coesão territorial da nossa Região, ou seja, atender às necessidades de todas e de cada uma das diferentes ilhas sem, contudo, prescindir de procurar o equilíbrio económico e financeiro da empresa;
- Manter uma contínua cultura organizacional de controlo, e sempre que possível, redução de gastos;
- Procurar equilibrar a estrutura de financiamento da empresa e estabilizar os resultados anuais.





Objetivos e Orientações

Reforço da Estratégia e Políticas Comerciais:

- Reavaliar, continuamente, as políticas comerciais, os objetivos anuais e os instrumentos promocionais e comunicacionais;
- Consolidar e fidelizar o mercado interno e desenvolver os esforços e os mecanismos para alcançar o mercado de visitantes, designadamente, como um instrumento para o relançar da economia, num contexto pós pandémico;
- Procurar, sempre que possível, diversificar ou otimizar as fontes de receita resultantes da exploração comercial, aproveitando, com inovação, a atual tendência de crescimento da procura;
- Manter a aposta na venda *on-line* e reforçar o relacionamento com os diversos agentes do *trade*, presencial ou através da *web*;
- Garantir a previsibilidade da operação, sem nunca descurar os princípios da segurança dos tripulantes e dos passageiros, por forma a permitir uma programação antecipada, aos diversos *players* do segmento, nas ligações marítimas de passageiros e viaturas;
- Persistir na otimização da comunicação, da imagem e nas relações, e acordos de parceria comerciais, junto do público-alvo, dos operadores e da comunidade em geral.



Objetivos e Orientações

Garantia da Imagem Empresarial e dos Serviços:

- Dar continuidade aos procedimentos relativos à segurança e higiene no trabalho, por forma a garantir a saúde dos funcionários, prevenindo e reduzindo os incidentes laborais;
- Valorizar os recursos humanos através da aposta em formação profissional, que culmine na prestação de um serviço de qualidade, seguro e acolhedor, nas ferramentas de gestão e de informação, permitindo a otimização dos recursos e da operação.

Operacionalidade da frota:

- Manter a própria frota;
- Persistir na política de manutenção programada e preventiva, num equilíbrio entre a eficácia e eficiência económica e operacional, tendo por objetivo minimizar os períodos de imobilização dos navios.



Envolvente Externa

O contexto pandémico mundial, associado à Covid-19 resultou, nos anos de 2020 a 2021, num crescimento exponencial de casos e óbitos. Na atualidade existem mais de 424 milhões de pessoas infetadas em todo o mundo, tendo sido registadas cerca de 5 890 mil mortes. Estes anos ficaram marcados pela imposição de medidas de restrição à livre circulação de pessoa, bem como pelos consequentes efeitos arrasadores na economia mundial.

A Atlânticoline S.A., no período em causa, registou um impacto muito significativo na sua atividade, ainda que em 2021 já tivesse assinalado alguma recuperação, mesmo que longe dos valores registos em 2019. Ainda assim, e mesmo tendo sido verificada a **obrigação de confinamento social**, no primeiro trimestre, não foi verificado o fecho do espaço marítimo, o que se traduziu numa diminuição do impacto da pandemia nos serviços de transporte prestados.

O contexto supramencionado, ainda que com menor intensidade que o verificado em 2020, deve ser tido em conta na apreciação do presente relatório, e nas contas do ano económico em análise, pelo impacto objetivo que teve na operação da Atlânticoline, S.A.

De acordo com o Eurostat, as economias da zona euro e da União Europeia (UE) tiveram, em 2021, um crescimento anual de 5,2%, depois de terem contraído 6,8% e 6,4%, respetivamente, em 2020. No que respeita ao indicador de emprego, no mesmo ano foi registada uma taxa de crescimento anual de 1,1% na zona euro e de 1,2% na UE.

Em termos nacionais, e de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o valor total do PIB, em 2021, cresceu 4,9%, após uma quebra de 8,4% registada no ano anterior. Segundo a mesma fonte, o crescimento verificado no quarto trimestre foi de 5,8%, valor consideravelmente mais alto que o 1,6% registado no mesmo período em 2020. A explicar esta evolução está, segundo o INE, "um contributo positivo expressivo" da procura interna, depois "de ter sido significativamente negativo em 2020", registando-se "uma recuperação do consumo privado e do investimento". Este é o maior crescimento do PIB desde 1990.

O índice de volume de negócios nos serviços aumentou 10,5% em 2021, após, no ano anterior, ter sido registada uma redução de 15,7%, de acordo com os dados do INE.

Conforme referido no Boletim Económico do Banco de Portugal, a evolução do PIB, no sentido positivo, deve continuar nos próximos anos, mais acentuada em 2023, com um valor previsível de 5,8%, e mais conservadora nos anos de 2024 e 2025, com valores expectáveis de 3,1 e 2%, respetivamente.

Mencionando ainda o INE, as exportações e importações aumentaram 23,4% e 34,7%, em termos nominais. Os resultados preliminares do ano de 2021 apontam para níveis acima dos de 2019, de mais 6,0% nas exportações e 3,2% nas importações.

Em termos de emprego, foi divulgada uma taxa de desemprego de 6,6%, para 2021, inferior ao previsto, sendo a mais baixa desde 2019. Em números concretos, foram registadas um total de 4.815,3 milhares de pessoas empregues, mais 128,6 mil face a 2020 e mais 36,1 mil face a 2019, com destaque para o setor dos serviços.

No que diz respeito à **atividade turística**, segundo dados do INE, o alojamento turístico registou 1,5 milhões de hóspedes e 3,6 milhões de dormidas em novembro de 2021, mais 265,5% e 287,7% em termos homólogos, mas menos 17% e 12,4% face ao mesmo mês de 2019.

As dormidas na hotelaria (82% do total) aumentaram 309,6% (equivalente a menos 13,8% face a novembro de 2019), as dormidas nos estabelecimentos de alojamento local (referentes a 14,8% do total) cresceram 215,2% (correspondente a 11,1% face ao mesmo mês de 2019) e as de turismo no espaço rural e de habitação (quota de 3,2%) aumentaram 197% (mais 33,6% face a novembro de 2019).

Entre janeiro e novembro de 2021, as dormidas de residentes representaram 50,7% do total registado, consideravelmente acima da quota verificada em 2019, que foi de 29,8%.

No âmbito do acesso a fundos comunitários, e tendo em conta o contributo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) está prevista, até 2029, a utilização de 61,2 mil milhões de euros (6,8 mil milhões/ano).

No âmbito regional, e de acordo com o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), em novembro de 2021, o Índice de Atividade Económica (IAE) apresentou um aumento de 11%, sendo este o segundo maior crescimento nos Açores, desde 2017. O maior aumento registou-se nos meses de setembro (12,5%) e outubro de 2021 (10,3%). Em termos comparativos, em média, a atividade económica nos Açores cresceu 2,6% em 2017, 1,9% em 2018 e 1,8% em 2019.

Devido à situação pandémica foram registadas, em 2020, as quebras mais acentuadas dos últimos cinco anos: 6,5% em maio, 7,3% em junho e 6,3% em julho. Este indicador estabilizou em junho de 2021, registando o mesmo valor do período homólogo, e a atividade económica começou a recuperar a partir do mês seguinte (5,4% em julho de 2021).

Ainda de acordo com a fonte supramencionada, de janeiro a dezembro de 2021, os Açores registaram, no conjunto dos estabelecimentos hoteleiros, cerca de 1,9 milhões de dormidas, mais do dobro dos resultados de todo o 2020, ainda assim 35% inferior aos de 2019. Em termos de hóspedes, verificou-se um aumento de 112%, face a 2020, situando-se nos 610,3 mil. Importa salientar que mais de metade das dormidas em alojamentos turísticos nos Açores em 2021 foram de residentes em Portugal (1,1 milhões). Comparando com a média de Portugal Continental, o crescimento das dormidas nos Açores apresentou uma variação homóloga positiva de 45,2%.

Já no que diz respeito aos **passageiros desembarcados nos aeroportos da RAA**, durante o ano de 2021, verificou-se uma variação positiva de 85,1% em relação a 2020, e negativa de 30,5% em relação a 2019. Relativamente aos **passageiros embarcados**, fazendo a mesma comparação, verificou-se a mesma tendência, com um aumento idêntico de 85,1% em relação a 2020, e um decréscimo de 31% em relação a 2019.

No consumo privado, avaliado através do Indicador de Consumo Privado (ICP), e segundo as publicações do SREA, a tendência demonstrada pelo IAE mantém-se, uma vez que, em dezembro de 2021, este indicador apresentou um aumento de 3,6%, face ao período homólogo.

No que diz respeito ao Plano de Recuperação e Resiliência, estão incluídos 11 investimentos a realizar na RAA até 2026, geridos pelas autoridades regionais. Estima-se em 580 milhões de euros o apoio comunitário para a realização destes investimentos.



Frota, Cronogramas e Rotas

Gilberto Mariano

- Tipo de Navio – Ro-Ro de Passageiros
- Bandeira – Portugal
- Ano de Construção – 2013
- Capacidade – 297 passageiros e 12 viaturas

Mestre Jaime Feijó

- Tipo de Navio – Ro-Ro de Passageiros
- Bandeira – Portugal
- Ano de Construção – 2019
- Capacidade – 333 passageiros e 15 viaturas

Ariel

- Tipo de Navio – Passageiros
- Bandeira – Portugal
- Ano de Construção – 2008
- Capacidade – 12 passageiros

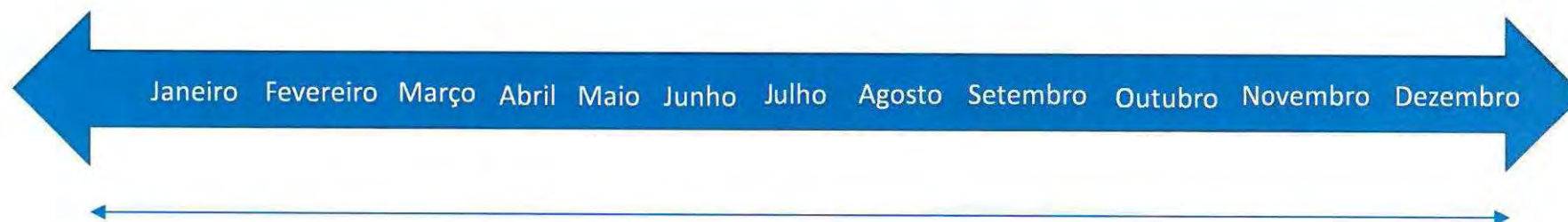
Cruzeiro das Ilhas

- Tipo de Navio - Passageiros
- Bandeira – Portugal
- Ano de Construção – 1986
- Capacidade – 193 passageiros

Cruzeiro do Canal

- Tipo de Navio – Passageiros
- Bandeira – Portugal
- Ano de Construção – 1985
- Capacidade – 193 passageiros

Operação Regular e Sazonal



Gilberto Mariano, Mestre Jaime Feijó, Cruzeiro das Ilhas, Cruzeiro do Canal e Ariel – todo o ano



Ano 2021 em Análise

Principais Acontecimentos e Dados Relevantes Para a Atividade da Atlânticoline, S.A.

A propagação mundial da Covid-19, com origem na China em dezembro de 2019 e considerada como pandemia pela OMS a 11 de março de 2020, registou, nos anos de 2020 a 2021, um crescimento exponencial.

Na atualidade existem mais de 424 milhões de pessoas infetadas em todo o mundo, e foram registadas cerca de 5 890 mil mortes.

A Atlânticoline S.A., no período em causa, registou um impacto muito significativo na sua atividade, ainda que em 2021, já tivesse assinalado alguma recuperação, mesmo que longe dos valores registados em 2019.

Em 2021, ainda que tenha sido decretado a **obrigação de confinamento social**, no primeiro trimestre, não foi verificado o fecho do espaço marítimo, o que se traduziu numa diminuição do impacte pandémico registado, nos serviços de transporte a prestar pela Empresa.

O acionista, Governo Regional dos Açores, manteve a decisão tomada em 2020 de não avançar com a linha Amarela e, conseqüentemente, não desenvolver contactos de fretamento de navios com operadores externos.

Principais acontecimentos e factos relevantes de 2021 – I de III

O navio Gilberto Mariano, decorrente de uma avaria no estabilizador, que necessitou de substituição, foi intervencionado nos estaleiros NAVALRIA, em janeiro de 2021, tendo regressado à operação a 1 de março;

Em fevereiro, no âmbito da fiscalização da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, foi executada uma auditoria à Atlânticoline, S.A. com o intuito de auditar a execução financeira dos serviços prestados ao abrigo das obrigações de serviço público, no período compreendido entre 01-05-2017 e 30-09-2020;

A 15 abril, e no âmbito de uma colaboração com a Direção Regional de Saúde, foi iniciado o processo de vacinação do pessoal de mar, cuja operacionalização ocorreu a partir mês de maio. Ainda em abril, a lancha Ariel e os seus tripulantes foram dotados dos equipamentos e formação necessária para a informatização do processo de venda de títulos de transporte;

A 28 de abril, a Atlânticoline, S.A. recebeu, por parte do Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Agências de Viagem, Transitário e Pesca (SIMAMEVIP) a primeira proposta de revisão do acordo de empresa;

No mês de maio, e no âmbito do processo de revisão do acordo de empresa, foi apresentada a primeira contraproposta ao documento recebido a 28 de abril, sendo seguida de uma negociação presencial com os representantes de ambas as entidades envolvidas. Todas as propostas apresentadas pela Atlânticoline, S.A. foram rejeitadas a 1 de julho;

Por indicação da Autoridade Regional de Saúde, os bares dos navios, fechados como medida de prevenção, no âmbito da COVID-19, foram reabertos os 10 de junho;

Principais acontecimentos e factos relevantes de 2021 – II de III

Em julho, o Cruzeiro do Canal foi alvo de pintura do casco, em doca seca, no âmbito da inspeção agendada para o mesmo mês;

Em 4 de agosto foi reposta, por indicação da Autoridade Regional de Saúde, a lotação total dos navios, limitada a dois terços até esta data;

A 13 de agosto foi lançado, por parte da Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos, o concurso público, com publicidade internacional, para celebração de contrato de fornecimento de serviços de transporte marítimo de passageiros e viaturas, na Região Autónoma dos Açores, para o período de 2022 e 2023, com opção de 2024. A Atlânticoline, S.A. procedeu à instrução do processo e submeteu a sua candidatura a 9 de setembro, tendo recebido a adjudicação a 20 de setembro.

A 14 de agosto foi esgotado o plafond disponível para faturação de OSP`s, mais concretamente no dia 14, no passageiro 263 299.

No decorrer do mês de setembro foi implementada a faturação eletrónica, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro.

Principais acontecimentos e factos relevantes de 2021 – III de III

Nos dias 31 de setembro e 1 de outubro decorreu a auditoria de renovação do sistema de gestão da qualidade, cujo resultado validou o sistema implementado, por um período máximo, e sujeito a auditorias anuais periódicas, de três anos.

Relativamente ao acordo de empresa, entre setembro e novembro foram desenvolvidas diversas negociações, sem acordo, que culminaram na receção do primeiro pré-aviso de greve a 15 de novembro, indicando o início desta a 1 de dezembro, o que se veio a concretizar de acordo com o anunciado.

A linha verde foi operada, no decorrer de 2021, pelo porto da Madalena, uma vez que o porto de São Roque encontrava-se indisponível. Ainda neste âmbito, o porto de Angra do Heroísmo, também pela sua indisponibilidade, obrigou a linha lilás a ser operada pelo porto da Praia da Vitória. Todas as operações da Atlânticoline, durante o ano de 2021, foram asseguradas por navios da sua própria frota, sem recurso a fretamentos externos.

O saldo em dívida pela Região Autónoma dos Açores, que transita de anos anteriores, foi totalmente amortizado em 2021, razão pela qual foi possível a liquidação antecipada do empréstimo a médio e longo prazo bem como a amortização total dos saldos utilizados das contas correntes caucionadas.

A 31 de dezembro, o Presidente do Conselho de Administração desvinculou-se formalmente da Atlânticoline, S.A. cumprindo os prazos de comunicação prévia, para este efeito.

Dados sumários das operações regular e sazonal – I de II

A Atlânticoline transportou, na sua totalidade, 447 311 passageiros e 29 801 viaturas, o que corresponde a um aumento de 48,58% e 57,34% respetivamente, em relação ao ano transato.

Nas ligações nas ilhas do Triângulo, a “Linha Azul” e a “Linha Verde” realizaram 5 526 toques, um acréscimo de 5,5% em relação a 2020. Na “Linha Azul” foram transportados 350 995 passageiros e 20 447 viaturas, o que representa um crescimento de 44,7% e 60,7% respetivamente, em relação a 2020. Na “Linha Verde”, foram transportados 82 191 passageiros e 7 820 viaturas, o que revela um incremento na ordem de 82,8% nos primeiros e de 47,5% nas segundas.

Relativamente às ligações regulares realizadas entre as ilhas do Corvo e Flores (“Linha Rosa”) pela Lancha “Ariel”, foram efetuados, ao longo de 2021, um total de 530 toques, diminuindo 1% em relação ao ano transato, e transportados 3 089 passageiros.

Dados sumários das operações regular e sazonal – II de II

A operação sazonal ficou assegurada pela “Linha Lilás” (que liga as ilhas do Triângulo a Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, que em 2021 foi operada no porto da Praia da Vitória, por indisponibilidade operacional do porto inicial) e pela “Linha Branca”, que liga o Triângulo aos portos de Vila da Praia (Graciosa) e Praia da Vitória (Terceira).

A Linha Lilás transportou 4 041 passageiros e 468 viaturas. Por sua vez, a Linha Branca transportou 6 995 passageiros e 1 066 viaturas.

Ambas as linhas realizaram 182 toques, não tendo sido verificados cancelamentos.

Ano 2021 em Análise: Departamento de Planeamento e Comercial

Comunicação Externa

Em 2021 a operação da empresa continuou a ser afetada pela pandemia de Covid-19. Tal como já tinha acontecido em 2020, não se realizou a operação sazonal de transporte de passageiros e viaturas, entre todas as ilhas dos Açores, à exceção do Corvo (Linha Amarela). Assim, a ação da empresa, também do ponto de vista comunicacional, concentrou-se nas linhas regulares e, principalmente, nas linhas em operação na época sazonal, operados por frota própria: a Linha Lilás e a Linha Branca.

Neste cenário, a empresa optou por manter uma presença publicitária pouco expressiva:

- Revista da Marinha (maio/junho);
- NO Revista (maio, junho e julho);
- Ambitur (maio);
- Loving the Blu (agosto);
- Visão Açores 2021;
- Revista 100 Maiores Empresas Açorianas 2021.

A Atlânticoline manteve o foco na comunicação direta com o cliente, através do contacto e apoio comercial nos serviços pré e pós venda. A atuação da empresa nas redes sociais teve um papel preponderante, tornando-se um veículo de comunicação preferencial.

Importa salientar a continuidade do trabalho no reforço do protagonismo do site www.atlanticoline.pt, no sentido de consolidá-lo como o ponto de referência para a procura de informação sobre o transporte marítimo de passageiros e viaturas nos Açores. Foram adicionadas novas subcategorias, mantendo o site dinâmico e atualizado em relação à realidade (destaque para a informação sobre Covid-19).

Tarifas Especiais, Campanhas Promocionais e Produtos Atlânticoline – I de II

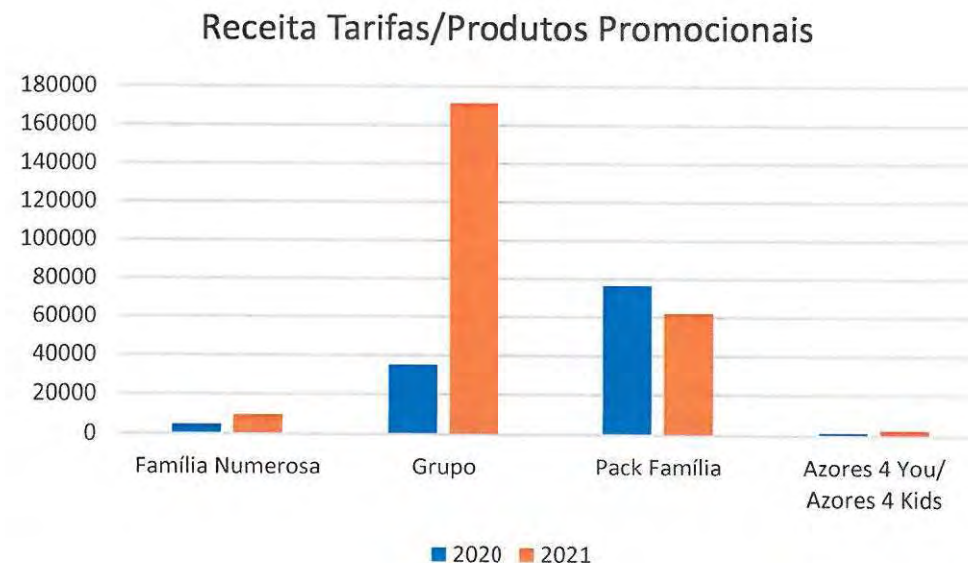
Em 2020, com a suspensão da Linha Amarela, a Atlânticoline reformulou as ações comerciais desenvolvidas com o intuito de alavancar as vendas e melhorar a prestação do serviço na ótica do cliente, indo ao encontro das suas preferências e necessidades, adaptando-as à nova realidade da operação. Em 2021, a Atlânticoline manteve essas ações, direcionadas para as rotas mais longas, por serem aquelas em que a taxa de ocupação de passageiros é mais reduzida. No que diz respeito às viaturas e tal como já tinha acontecido em 2020, não foram criadas ações promocionais, tendo em conta o espaço limitado nos car decks dos navios próprios da empresa. Assim, no que diz respeito a tarifas especiais e campanhas/produtos promocionais, levaram-se a cabo os seguintes:

- **Azores4You e Azores4Kids** (produto consiste na aquisição de quatro vouchers que podem depois ser utilizados para viagens à escolha do cliente).
- **Pack Família** (25% de desconto nos bilhetes de passageiro em reservas mediante determinada combinação de bilhetes de adultos e crianças, para viagens com origem ou destino nas ilhas Terceira e Graciosa).
- Mantiveram-se inalteradas as tarifas de **grupo e famílias numerosas**, aplicadas a toda a operação.

Tarifas Especiais, Campanhas Promocionais e Produtos Atlânticoline – II de II

Abaixo é possível verificar a receita angariada com as tarifas especiais, campanhas promocionais e produtos no ano de 2021.

No total, as tarifas “Família Numerosa”, “Grupo” e “Pack Família” e os produtos Azores4You/Azores4Kids contabilizaram 245.933€, o que representa um crescimento de 109%, em linha com a recuperação do setor do Turismo face à pandemia (bem visível no grande aumento nas viagens de grupos). A diminuição de receita com o Pack Família parece-nos estar diretamente relacionada com a Tarifa Açores no transporte aéreo. Em 2022 será importante redesenhar esta promoção para tentar aumentar a ocupação de passageiros nas linhas sazonais.



Canais de Venda

Apresenta-se, de seguida, uma breve descrição dos canais de venda da empresa:

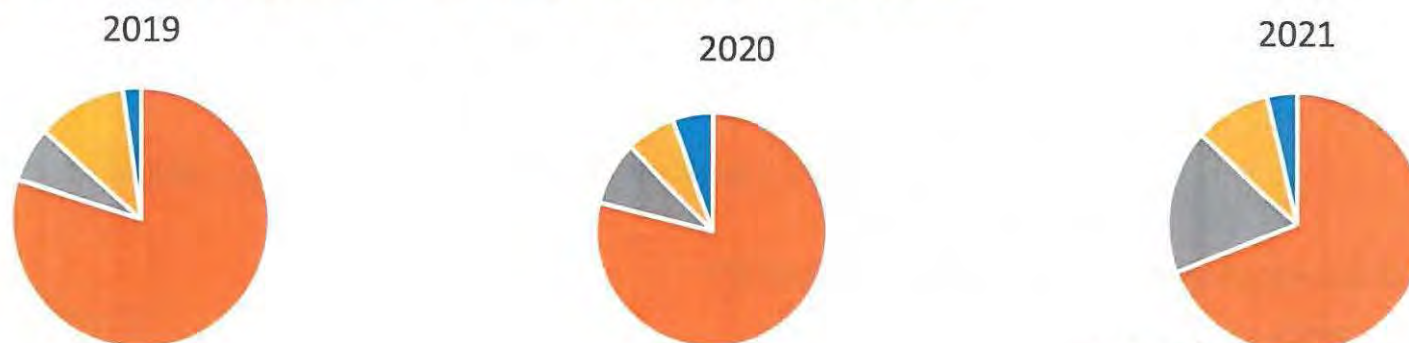
▲ **Atlânticoline** – vendas feitas nas lojas e bilheteiras da empresa, bem como através do *Backoffice* da Direção Comercial;

▲ **Internet** – Vendas através do *website* e da *app*

▲ **Agentes** – vendas feitas pelos parceiros que utilizam o SRVE xFerry (140 parceiros no final de 2021)

▲ **RIAC** – vendas pela Rede Integrada de Apoio ao Cidadão nas suas lojas em todas as ilhas dos Açores

Abaixo é possível ver a distribuição da receita por canal de venda nos últimos 3 anos (note-se que em 2019 foi suprimida a receita associada aos navios A e B, tendo em conta que os mesmos não operaram nos anos seguintes). A compra direta nas lojas e bilheteiras da empresa continua a ser responsável pela grande maioria da receita, todavia destaca-se a favorável evolução das vendas no website e na aplicação, que atribuímos, por um lado, aos esforços desenvolvidos em 2019 para melhorar estas ferramentas e o seu desempenho ao nível do *Search Engine Optimization* (SEO) e, por outro, à pandemia de Covid-19, que poderá ter encorajado os clientes a procurarem a compra online.



Entidades apoiadas pela Atlânticoline – I de II

Apesar das dificuldades sentidas no âmbito da pandemia de Covid-19, a Atlânticoline manteve a sua política de apoio às entidades desportivas, culturais e filantrópicas, assumindo a sua responsabilidade social, ainda mais importante no atual contexto. Assim, a empresa concedeu condições comerciais e tarifários preferenciais que contribuíram para as atividades destas instituições:

Filarmónicas, Grupos Folclóricos, Grupos de Cantares e demais instituições/eventos culturais: Festival Maravilha; Realizador Gonçalo Tocha; Sketch Tour Portugal Reload; Terra dos Barcos; Save the Waves

Casas do Povo, Associações e Juntas de Freguesia: Associação de Funcionários da Atlânticoline; Junta de Freguesia do Cabouco; Casa do Povo de Castelo Branco

Grupos e Eventos Desportivos: Vitória Futebol Clube; São Jorge Ponta a Ponta; Associação de Ciclismo dos Açores; Grupo Desportivo Velense; Futebol Clube Madalena; Associação de Futebol da Horta; AGIR 360; Azores Trail Run

Instituições filantrópicas e de apoio social: Cáritas Faial; Medicina Mais Perto; Santa Casa da Misericórdia da Horta; Casa de Infância de Santo António; APADIF; Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Madalena

Outros: Antena 1 Açores; Bote Baleeiro do Capelo; RTP/Açores; Escola Lousada Oeste; EBI do Topo; Escola Secundária Manuel de Arriaga; SOS Cagarro

A empresa atribuiu também vouchers de viagens para sorteios a diversas associações por toda a Região.

No âmbito do trabalho em sinergia para a promoção do destino Açores, a empresa disponibilizou bilhetes gratuitos para várias “Fam trips” promovidas pela Associação de Turismo dos Açores (ATA) e por agências de viagens, bem como para equipas de reportagem a trabalhar em peças de divulgação turística da Região, bloggers e instagramers de viagens.

Entidades apoiadas pela Atlânticoline – II de II

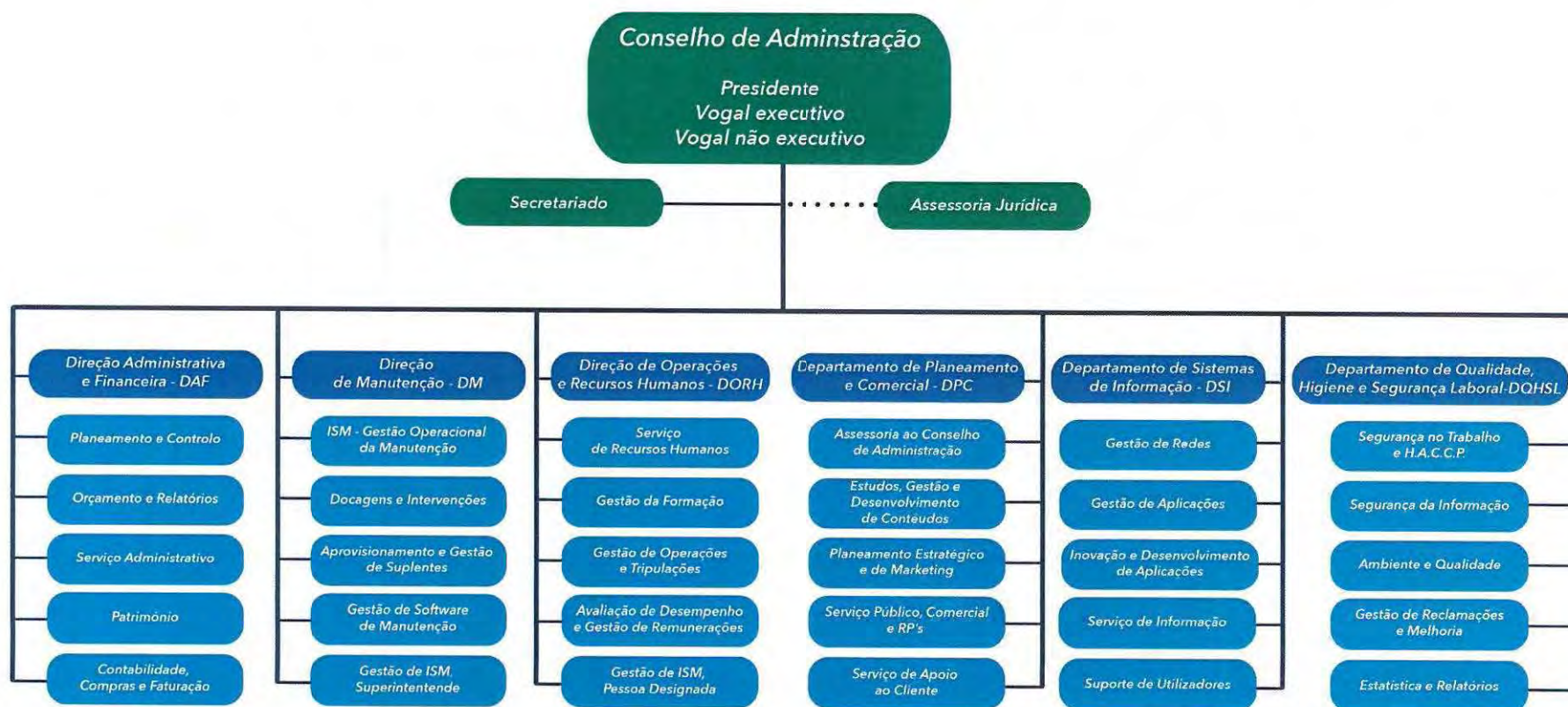
Protocolos

Em 2021, e à semelhança do que já vem sendo habitual, a Atlânticoline S.A manteve os protocolos anteriormente firmados. Assim, os Protocolos em vigor foram os seguintes: Agentes da Polícia Marítima e Capitania do Porto da Horta; Alfândega de Ponta Delgada; Associação Sindical de Profissionais de Polícia; Federação dos Bombeiros da Região Autónoma dos Açores; GREDA; GNR- Guarda Nacional Republicana; Grupo Bensaúde; PJ - Polícia Judiciária; PSP- Polícia de Segurança Pública; Polícia Marítima dos Açores; Portos dos Açores S.A; IPA (Internacional Policie Association); Secretariado da Capitania da Horta; SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Sindicato Regional do Corpo da Guarda Prisional; SRPCBA- Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores; Teatro Micaelense; Tripulantes da Empresa Amaral, Feliciano e Filhos; Centro de cultura e desporto dos trabalhadores do centro de prestações pecuniárias da Horta, CCD Assembleia Legislativa R.A.A e ZMA- Zona Militar dos Açores.

Ano 2021 em Análise: Direção de Operações e Recursos Humanos

Organograma

ATLÂNTICOLINE : ORGANOGRAMA E PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES



Passageiros e Viaturas Transportadas

Durante o período de 2017-2021, foram transportados os seguintes passageiros e viaturas:

	Passageiros Transportados				
	2017	2018	2019	2020	2021
Linha Azul	421 816	407 296	409 457	242 560	350 995
Linha Verde	82 262	77 431	78 549	44 971	82 191
Linha Rosa	4 354	4 199	4 197	2 422	3 089
Linha Lilás	6 449	491	1265	4 290	4 041
Linha Branca	---	---	---	6 818	6 995
Linha Amarela	71 229	70 086	69 525	---	---
Total	586 110	559 503	562 993	301 061	447 311

	Viaturas Transportadas				
	2017	2018	2019	2020	2021
Linha Azul	13 884	11 501	13 405	12 725	20 447
Linha Verde	5 418	4 846	5 280	5 301	7 820
Linha Lilás	---	---	---	23	468
Linha Branca	---	---	---	892	1 066
Linha Amarela	11 107	13 325	12 107	---	---
Total	30 409	29 672	30 792	18 941	29 801

No mesmo período, e no que diz respeito às taxas de ocupação, foram registadas:

	Taxa Ocupação Média Passageiros				
	2017	2018	2019	2020	2021
Linha Azul	35,1%	35,5%	34,4%	29,0%	33,8%
Linha Verde	21,7%	22,5%	13,7%	11,9%	27,7%
Linha Rosa	61,0%	64,8%	50,1%	55,0%	58,2%
Linha Lilás	32,5%	8,4%	6,9%	40,3%	31,1%
Linha Branca	---	---	---	33,5%	18,4%
Linha Amarela	35,2%	32,0%	18,6%	---	---

	Taxa Ocupação Média Viaturas				
	2017	2018	2019	2020	2021
Linha Azul	---	---	29,1%	28,7%	39,1%
Linha Verde	---	---	26,5%	25,5%	51,5%
Linha Rosa	---	---	---	---	---
Linha Lilás	---	---	---	---	72,2%
Linha Branca	---	---	---	56,3%	52,6%
Linha Amarela	---	---	23,2%	---	---

Variação Mensal do Número de Colaboradores

Evolução Mensal do N.º Colaboradores	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	N.º Médio
Conselho de Administração	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Serviços de Apoio	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Operações e RH	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Direção de Ariel	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Operações e Recursos Humanos "Gilberto Mariano" Feijó e "Cruzeiros"	58	58	58	58	58	65	65	66	65	64	61	61	61
Part-time Hotel Staff	0	0	0	0	0	0	2	2	2	0	0	0	1
Direção Comercial	24	24	24	24	25	25	25	25	25	24	24	24	24
Direção Administrativa Financeira	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
Departamento de Qualidade e Segurança	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	2
Departamento de Serviços de Informação	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
Departamento de Manutenção	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
Total Mensal	109	109	109	109	110	117	119	120	119	115	113	113	114

Tipo de Vínculos dos Colaboradores (a 31 de dezembro)

	2017	2018	2019	2020	2021
Pessoal do Quadro	89	90	99	101	99
Requisitado	0	0	0	1	1
Comissão de Serviço	1	1	1	0	0
Contrato a Prazo	10	11	7	13	13
Total do Efectivo	100	102	107	115	113

Em 2021, houve uma diminuição de 2 colaboradores, um deles no quadro de pessoal e outro referente à finalização de um contrato de trabalho a termo.

Escalões Etários dos Colaboradores (a 31 de dezembro)

	2017	2018	2019	2020	2021
Até 29 anos	18	16	16	10	10
De 30 a 39 anos	42	43	48	50	50
De 40 a 49 anos	23	27	27	28	27
De 50 a 59 anos	12	11	11	22	21
60 e mais anos	5	5	5	5	5
Total	100	102	107	115	113

As faixas etárias com maior representação são as de 30 aos 49 anos, 68% do universo. Nota-se uma diminuição ligeira de efetivos nos escalões entre os 40 e os 59 anos. O baixo nível etário (53% até aos 39 anos de idade) pode, em parte, ser explicado pela tipologia das funções que existem na empresa (marinheiros, maquinista e *hotel staff*), em que parte das tarefas são executadas nos navios, envolvendo disponibilidade e obrigatoriamente boa condição física.



Escolaridade dos Colaboradores

	2017	2018	2019	2020	2021
Ensino Básico	63	60	60	60	59
Ensino Secundário	28	29	34	42	42
Ensino Superior	9	13	13	13	12
Total	100	102	107	115	113

O número de colaboradores que detém o ensino secundário manteve-se igual a 2020. Ainda assim, em 2021, registou-se uma diminuição do número de colaboradores com ensino básico e superior.

Formação – Carga Horária

	2017	2018	2019	2020	2021
Interna - Hotel Staff	25	32	32	—	—
Externa	180	180	200	80	80
Total Horas de Formação	205	212	232	80	80

Em 2021 registou-se uma manutenção das horas de formação.



Ano 2021 em Análise: Departamento de Qualidade, Higiene e Segurança Laboral



Sistema de Gestão da Qualidade

A Atânticoline S.A., em novembro de 2018, obteve a **Certificação de Qualidade**, de acordo com o referencial normativo ISO 9001:2015, tornando-se a primeira empresa de transporte marítimo de passageiros e viaturas, a nível nacional, a atingir este reconhecimento externo.

A certificação é conferida por uma empresa externa, devidamente acreditada para o efeito pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), que avalia o grau de cumprimento dos requisitos aplicáveis, mediante auditoria, e recomenda a sua atribuição, por um período de 3 anos, dependendo de revalidações periódicas ao grau de adequação do sistema interno de qualidade.

Assim sendo, em outubro de 2021, a Atlânticoline, S.A. foi auditada pela entidade supramencionada, que verificou a manutenção do conjunto de procedimentos e metodologias previamente implementadas, a normalização de diversos aspetos associados à gestão diária, e a utilização de ferramentas que tornam prática e objetiva a constante procura pela melhoria contínua. O resultado desta auditoria afirmou a conformidade da Atlânticoline, S.A, com os requisitos exigidos pela ISO 9001:2015, sendo o Sistema de Gestão da Qualidade renovado pelo período de 3 anos.

Avaliação da Satisfação do Cliente

A partir de 2018, e no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, foi implementado um inquérito de satisfação do Cliente. Este inquérito tem como base uma escala de avaliação de 1 a 5, em que 1 representa a categoria “Mau” e 5 a categoria “Excelente”. Preenchido a bordo pelos passageiros transportados, no decorrer das viagens, avaliou 5 tópicos gerais de classificação, que traduzem, de forma geral, o serviço prestado pela Atlânticoline, S.A., que são:

- 1 – Navio e Viagem;
- 2 – Tripulação;
- 3 – Serviço de Embarque e Receção;
- 4 – Serviço de Bar;
- 5 – Serviço de Pré-Venda, Venda e Pós-Venda.

Os resultados obtidos entre o ano de 2018 e 2021 são os seguintes:

	Ano			
	2018	2019	2020	2021
Avaliação	3,74	3,77	3,84	3,58
Categoria	Bom	Bom	Bom	Bom

Reclamações

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, continuou a ser dado tratamento mais aprofundado das reclamações recebidas. Este tratamento passa pelo registo destas, como também a decisão interna, por parte do respetivo gestor de processo, sobre a sua validade. Assim sendo, e embora sejam cumpridos todos os requisitos legais associados, independentemente da sua categorização interna, **o reconhecimento da validade de uma reclamação determina a abertura de um processo consequente, que não só avalia as causas que a originaram, mas também a definição de medidas preventivas e corretivas, que têm como objetivo último a prevenção de ocorrências similares à identificada pelo reclamante.**

Neste âmbito, foram registadas, entre 2018 e 2021, as seguintes reclamações:

	2018	2019	2020	2021
Total de Reclamações	106	143	39	76
Total de Reclamações Válidas	27	46	6	24

Na interpretação dos números apresentados importa salientar que, não sendo 2020 um ano de referência, para comparação direta, os valores registados determinam uma significativa redução, tanto em total de reclamações, como na totalidade de reclamações válidas, em relação ao ano de referência, 2019, em que a diferença operacional registada é a inexistência, no ano transato, da linha amarela.

Segurança no Trabalho

N.º de Acidentes de Trabalho	Navio A	Navio B	Cruzeiro do Canal	Cruzeiro das Ilhas	Mestre Simão	Gilberto Mariano	Mestre Jaime Feijó	Ariel	Estrutura	Total
2017	0	0	1	2	2	3	---	0	5	13
2018	0	0	3	2	0	2	---	0	3	10
2019	0	0	3	0	---	2	1	0	1	7
2020	0	0	0	1	---	0	4	0	2	7
2021	0	0	0	0	---	0	1	0	2	3

- A Atlânticoline continua a apostar na prevenção em segurança no trabalho, procurando, assim, minimizar a taxa de acidentes;
- Em 2021 verifica-se a redução do número de acidentes de trabalho ligeiros, que obrigaram à perda de dias de trabalho;
- No ano de 2019, o número de acidentes de trabalho apresentou uma redução na ordem dos 30% em relação a 2018, que por sua vez já tinha registado uma redução na ordem dos 23% em relação a 2017. Em 2021 registou-se uma diminuição na totalidade dos acidentes de trabalho, na ordem dos 43%, em relação aos anos de 2019/2020;
- A Atlânticoline, S.A. continua a incentivar a cultura para a inexistência de acidentes de trabalho, desenvolvendo e implementando todo um conjunto de procedimentos de segurança para evitar o risco associado à atividade.

Ano 2021 em Análise: Departamento de Sistemas de Informação

No âmbito dos Sistemas de Informação da Atlânticoline, para a operação do ano de 2020 e segundo as áreas de competência deste departamento, foram levadas a cabo as seguintes ações:

- **Sistema de Reservas, Vendas e Embarque (SRVE) xFerry:** foram realizadas diversas intervenções no sistema segundo as necessidades identificadas pelos dirigentes, utilizadores e parceiros. Essas intervenções podem caracterizar-se por serem micro alterações ao sistema com uma grande abrangência no seu âmbito, não havendo nenhuma alteração que possa destacar-se. Na globalidade do sistema todas essas micro intervenções, no seu conjunto, trouxeram benefícios que se refletem num melhoramento ao mesmo.
- **Contrato de suporte, manutenção, alojamento e backups do website e aplicações moveis da Atlânticoline S.A.:** foi considerado que, tendo em conta a conjuntura atual dos serviços online das empresas estarem sob uma elevada exposição a ataques informáticos, era essencial que este software fosse mantido e atualizado regularmente conforme as boas práticas de segurança.
- **Faturação eletrónica (EDI) e assinatura qualificada:** segundo o Decreto-Lei n.º 123/2018 do Diário da República e em cumprimento da legislação em questão foi implementado no ERP de gestão PHC o envio de faturas em formato eletrónico às entidades públicas, bem como a assinatura qualificada das faturas segundo Decreto-Lei n.º 28/2019 do Diário da República.

Ano 2021 em Análise: Direção de Manutenção

Manutenção

No decorrer do ano de 2021, efetuaram-se diversas intervenções, conforme plano de manutenção preventiva sistemática e condicionada. Foram também efetuadas algumas intervenções de manutenção corretiva às embarcações propriedade da Atlânticoline.

Neste contexto, realizaram-se os seguintes gastos por embarcação:

- Navio “Gilberto Mariano”: gasto de 106.797 euros;
 - Docagem por avaria dos estabilizadores (janeiro a fevereiro);
 - Inspeção a nado (fevereiro).

- Embarcação “Cruzeiro do Canal”: gasto de 43.768 euros;
 - Docagem obrigatória (Iniciou-se em dezembro de 2020 e foi concluída em junho de 2021).

Manutenção

- Embarcação “Cruzeiro das Ilhas”: gasto de 21.609 euros;
 - Docagem obrigatória (setembro).

- Lancha “Ariel”: gasto de 20.269 euros;
 - Inspeção a nado (outubro).

- Navio “Mestre Jaime Feijó”: gasto de 198.391 euros;
 - Docagem obrigatória (Iniciou-se em outubro e finalizou em dezembro).

Avarias

- No decorrer do ano de 2021 ocorreram as seguintes avarias:
- Lancha “Ariel”: Avaria no sistema de filtragem de combustível no final de janeiro, sendo resolvida no início de fevereiro.
- Navio “Gilberto Mariano”: Avaria no estabilizador do bordo de estibordo em dezembro de 2020, que levou a que o navio necessitasse de recorrer a doca seca em Portugal continental para efetuar a substituição do veio e braço de momento. Após verificação do equipamento do bordo de bombordo, constatou-se o início do mesmo problema no de estibordo, optando-se por substituir também os mesmos elementos. No decurso do mês de dezembro de 2020 foi efetuada a encomenda dos elementos necessários, sendo que a reparação foi efetuada no início de 2021.

Análise Económica e Financeira

Balanço, Demonstração de Resultados e Indicadores

Em 2021, verificou-se uma redução no Ativo de 20% e no Passivo de 70% enquanto que nos Capitais próprios registou-se um aumento de 2% face a 2020. Estas reduções justificam-se pelo ressarcimento total do saldo devido pela Região Autónoma dos Açores, que transitava de anos anteriores, no valor de 7.205.167 euros.

O resultado líquido positivo em 2021 permitiu apresentar indicadores económicos e financeiros, na sua maioria mais vantajosos que no exercício anterior.

Indicadores Económicos e Financeiros	2020	2021
<i>Liquidez Geral</i>	2,25	3,65
<i>Rentabilidade dos capitais próprios</i>	5%	6%
<i>Rentabilidade das vendas</i>	11%	14%
<i>Rentabilidade do ativo</i>	3%	5%
<i>Prazo médio de recebimentos</i>	43	39
<i>Prazo médio de pagamentos</i>	63	71
<i>Autonomia financeira</i>	70%	89%
<i>Endividamento</i>	30%	11%
<i>Solvabilidade</i>	234%	809%

Balanço	2020	2021
Ativo		
Ativo não corrente	17 394 596	16 757 972
Ativo corrente	8 736 045	4 239 642
Total do ativo	26 130 641	20 997 614
Total do capital próprio	18 300 682	18 687 751
Passivo		
Passivo não corrente	3 954 879	1 147 901
Passivo corrente	3 875 080	1 161 962
Total do passivo	7 829 959	2 309 863
Total do capital próprio e do passivo	26 130 641	20 997 614

Balanço, Demonstração de Resultados e indicadores

Em 2021, o aumento dos Gastos na ordem de 1%, e do total de Rendimentos em apenas 2% permitiu melhorar o resultado líquido do período, 1.102.541 euros:

Demonstração de Resultados	2020	2021
Vendas	67 €	100 €
Prestação de Serviços	7 771 842 €	8 091 900 €
Obrigações de Serviço Público	5 602 745 €	4 900 000 €
Restantes prestações de serviços	2 169 097 €	3 191 900 €
Subsídios à Exploração	144 563 €	0 €
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	- 42 438 €	-20 062 €
Fornecimentos e serviços externos	- 2 968 298 €	-3 363 357 €
Gastos com o Pessoal	- 2 782 790 €	-3 084 337 €
Perdas por Imparidade	249 €	-86 €
Reversões	- €	0 €
provisões do exercício	- 718 464 €	0 €
Outros rendimentos	822 661 €	796 509 €
Outros gastos	- 108 115 €	-47 014 €
Res. antes de deprec., gastos de financiamento e impostos	2 119 277 €	2 373 652 €
Gastos de depreciação e de amortização	- 984 718 €	-990 686 €
Res. Operacional (antes de gastos financeiros e impostos)	1 134 559 €	1 382 966 €
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	- €	149 €
Gastos de financiamento	- 291 715 €	-279 114 €
Resultado antes de imposto	842 844 €	1 104 001 €
Imposto estimado para o período	- 1 452 €	-1 461 €
Resultado líquido do período	841 391 €	1 102 541 €

Rendimentos

Em 2021, a conta de rendimentos totalizou o montante de 8.888.917 euros e encontra-se subdividida pelas seguintes rubricas:

Rendimentos	2020	2021	Var. 20/21
Vendas e Prestações de Serviços	7 771 909 €	8 091 999 €	4%
Subsídios à Exploração	144 563 €	- €	-100%
Reversões	249 €	260 €	4%
Outros Rendimentos e Ganhos	822 661 €	796 509 €	-3%
Juros, Div., e outros Rend. Similares	- €	149 €	100%
Totais	8 739 381 €	8 888 917 €	2%

Rendimentos

Vendas e Prestações de Serviços

As Vendas e Prestações de Serviços englobam todos os rendimentos obtidos com a exploração dos navios, nomeadamente venda de bilhetes e de produtos, quer nos bares quer nas lojas e, encontram-se registados nas subcontas apresentadas no quadro.

Rubricas	2020	2021	Var. 20/21
Loja	67 €	100 €	49%
Bares	40 269 €	32 327 €	-20%
Passageiros	7 207 243 €	7 262 913 €	1%
Viaturas	402 315 €	640 248 €	59%
Fretamentos de Navios	22 180 €	45 790 €	106%
Outros Serviços	99 835 €	110 622 €	11%
Totais	7 771 909 €	8 091 999 €	4%

Esta rubrica ascendeu a 8.091.999 euros em que 4.900.000 euros correspondem à receita pela prestação do serviço de transporte de passageiros, no âmbito do contrato das OSP's firmado com a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia, em 30 de dezembro de 2020. O valor remanescente que ascende a 3.191.999 euros, corresponde à receita própria de venda de mercadorias e prestação de serviços, apresentando um aumento de 47%, face a 2020 (2.169.164 euros).

Rendimentos

Outros Rendimentos e Ganhos

Esta conta totalizou o montante de 796.509 euros, distribuídos pelas seguintes subcontas:

Rubricas	2020	2021	Var. 20/21
Rendimentos suplementares	3 €	- €	-100%
Rendimentos em invest.não financeiros	123 293 €	11 880 €	-90%
Outros	699 365 €	784 629 €	12%
Totais	822 661 €	796 509 €	-3%

A rubrica Rendimentos em Investimentos Não Financeiros apresenta uma significativa redução, isto porque, em 2020, encontra-se registado nesta rubrica o valor da indemnização do seguro com o sinistro da Ariel, aquando da passagem do furacão *Lorenzo*, em setembro de 2019.

Os rendimentos registados na rubrica Outros (784.629 euros) são, na sua maioria, relativos à imputação de subsídios ao investimento recebidos do Proconvergência e da RAA, para a construção dos navios *Gilberto Mariano e Mestre Jaime Feijó*, e do Competir + para a Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade.

Gastos

Os gastos ocorridos durante o ano de 2021 totalizaram o montante de 7.784.916 euros, encontrando-se detalhados no quadro abaixo. No que se refere à sua decomposição, as contas de Fornecimento e Serviços Externos são responsáveis por 43% do seu total, seguida pela conta Gastos com o Pessoal, com 40%, e Gastos de Depreciação e de Amortização, com 13%.

Gastos	2020	2021	Var 21/20
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	42 438 €	20 062 €	-53%
Fornecimento e serviços externos	2 968 298 €	3 363 357 €	13%
Gastos com o pessoal	2 782 790 €	3 084 337 €	11%
Gastos de depreciação e de amortização	984 718 €	990 686 €	1%
Perdas por imparidade	- €	346 €	100%
Provisões do período	718 464 €	- €	-100%
Outros gastos e perdas	108 115 €	47 014 €	-57%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	291 715 €	279 114 €	-4%
Totais	7 896 538 €	7 784 916 €	-1%

Gastos**Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)**

Em 2021, foram registados nesta rubrica 20.062 euros, sendo que 111 euros são relativos a mercadorias para vendas nas lojas e 19.950 euros para os bares, representando uma redução de 53% face ao ano anterior.

Atente-se a que, no âmbito das medidas de reforço da prevenção da propagação da Covid-19, foi suspenso o serviço de bar nos navios, nos primeiros cinco meses do ano, tendo sido reabertos em junho e encerrados novamente no final do ano. Por outro lado, foi verificada uma redução na procura, por parte dos clientes, pelos produtos de bar, refletindo-se não só na conta de CMVMC mas também nos rendimentos obtidos através das vendas dos bares.

CMVMC	2020	2021	Var. 21/20
Loja	1 313 €	111 €	-92%
Bar e Restaurante	41 126 €	19 950 €	-51%
Totais	42 438 €	20 062 €	-53%

Gastos

Fornecimento e Serviços Externos

Em 2021 o montante foi de 3.363.357 euros, dos quais 48% são referentes à rúbrica Energia e Fluidos, 26% a Serviços Especializados, 19% a Serviços Diversos e os restantes 7% distribuídos pelas outras rúbricas dos FSE's, conforme o quadro que se apresenta.

Em termos globais a rúbrica dos FSE's aumentou 13% face ao ano transato.

FSE's	2020	2021	Var. 21/20
Subcontratos	67 164 €	2 229 €	-97%
Serviços especializados	795 153 €	887 636 €	12%
Trabalhos Especializados	399 972 €	436 765 €	9%
Publicidade e Propaganda	34 965 €	18 885 €	-46%
Vigilância e Segurança	28 €	227 €	711%
Honorários	2 877 €	- €	100%
Comissões	7 277 €	27 216 €	274%
Conservação e Reparação	350 034 €	404 542 €	16%
Materiais de consumo	138 562 €	97 704 €	-29%
Ferramentas e Utensílios Desg.Rápido	108 261 €	79 498 €	-27%
Livros e Documentação Técnica	739 €	478 €	-35%
Material de Escritório	28 870 €	17 293 €	-40%
Artigos para Oferta	692 €	434 €	-37%
Energia e fluidos	1 177 025 €	1 629 743 €	38%
Electricidade	22 837 €	19 098 €	-16%
Combustíveis	1 152 511 €	1 609 461 €	40%
Água	1 677 €	1 183 €	-29%
Deslocações, estadas e transportes	99 083 €	99 069 €	0%
Deslocações e Estadas	88 605 €	89 100 €	1%
Transportes de Mercadorias	10 477 €	9 969 €	-5%
Serviços diversos	691 311 €	646 976 €	-6%
Rendas e Alugueres	172 584 €	146 306 €	-15%
Comunicação	61 752 €	51 328 €	-17%
Seguros	182 766 €	187 392 €	3%
Contencioso e Notariado	612 €	1 048 €	71%
Despesas de Representação	998 €	158 €	-84%
Limpeza, Higiene e Conforto	28 824 €	31 427 €	9%
Encargos com Operação	243 776 €	229 317 €	-6%
Totais	2 968 298 €	3 363 357 €	13%

Fornecimento e Serviços Externos – Serviços Especializados**Trabalhos Especializados**

Foram gastos 436.765 euros em Trabalhos Especializados, nomeadamente em Serviços Jurídicos, Projetos e Serviços de Informática e Outros Trabalhos Especializados, onde se incluem as inspeções e certificações dos navios, o protocolo de colaboração celebrado com a RIAC e a contratação de serviços de *manning*.

No que diz respeito à rubrica de Projetos e Serviços de Informática, verificou-se um incremento de 29% face ao ano anterior. Este aumento deveu-se à contratação de novos serviços de informática, designadamente os serviços de suporte, manutenção, alojamento, backups do website e aplicações móveis, bem como a implementação da faturação eletrónica (EDI) no ERP de gestão PHC pela Saphety, decorrente do Decreto-Lei n.º 123/2018.

Trabalhos Especializados	2020	2021	Var. 21/20
Estudos, pareceres e consultadoria jurídica	92 998 €	47 104 €	-49%
Projetos e serviços de informática	73 178 €	94 559 €	29%
Estudos de organização, económico-financeiros	32 821 €	31 835 €	-3%
Outros Trabalhos Especializados	200 975 €	263 267 €	31%
Totais	399 972 €	436 765 €	9%

Gastos

Fornecimento e Serviços Externos – Serviços Especializados

Conservação e Reparação

Para além de pequenas obras efetuadas no escritório e nos apartamentos da empresa, efetuaram-se reparações pontuais nas moto 4 que rebocam os carros de bagagem.

Esta conta atingiu o montante de 404.542 €, em 2021, sendo os gastos em conservação e reparação da frota da Atlânticoline os que apresentam a fatia maior do total dos gastos, cerca de 98%.

Conservação e Reparação	2020	2021	Var. 21/20
Edifícios/Outras construções	2 331 €	5 933 €	155%
Equipamento Básico	343 548 €	395 730 €	15%
Equipamento de Transporte	4 155 €	2 879 €	-31%
Totais	350 034 €	404 542 €	16%

Conservação - Equipamento Básico	2021
Ariel	20 269 €
Gilberto Mariano	106 797 €
Mestre Jaime Feijó	198 391 €
Cruzeiro das Ilhas	21 609 €
Cruzeiro do Canal	43 768 €
Outros	4 897 €
Totais	395 730 €

Gastos

Fornecimento e Serviços Externos – Energia e Fluídos

A conta Energia e Fluídos registou o montante de 1.629.743 euros, e a mesma engloba todos os gastos suportados com eletricidade, combustível de viaturas ligeiras e de mercadorias, combustível de navios e água.

Combustível - Navios

Com um aumento de 40%, face ao ano transato, a rubrica de combustíveis dos navios registou o total de 1.606.766 euros. Esta variação está diretamente ligada com os vários incrementos verificados no preço do combustível ao longo do ano.

Atende-se que o preço do primeiro abastecimento do ano, em janeiro, foi de 535€/m³ enquanto que o último abastecimento efetuado no ano, em dezembro, foi de 862€/m³.

Em 2020 a lancha Ariel esteve em doca seca para uma intervenção, o que não se verificou em 2021, tendo por isso apresentado um grande crescimento no consumo de combustível.

Combustível dos navios	2020	2021	Var. 21/20
<i>Ariel</i>	2 716 €	30 755 €	1032%
<i>Gilberto Mariano</i>	504 893 €	824 030 €	63%
<i>Cruzeiro das Ilhas</i>	26 482 €	17 117 €	-35%
<i>Cruzeiro do Canal</i>	678 €	18 221 €	2587%
<i>Mestre Jaime Feijó</i>	615 506 €	716 644 €	16%
Totais	1 150 275 €	1 606 766 €	40%

Gastos
Fornecimento e Serviços Externos – Serviços Diversos

Esta rubrica registou um total de 646.976 euros, a mesma contempla todos os gastos com: Rendas e Alugueres, Comunicação, Seguros, Limpeza, Higiene e Conforto e Encargos com a Operação.

Rendas e alugueres

Em 2021 em Rendas e Alugueres foi registado o montante de 146.306 euros, dos quais 145.514 euros dizem respeito a rendas de espaços e 792 euros a aluguer de equipamentos.

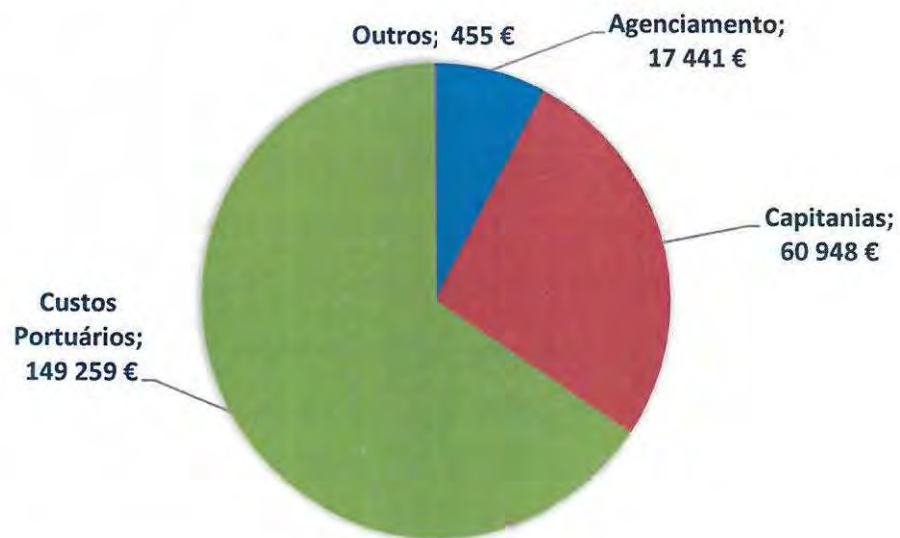
Seguros

A conta Seguros totalizou o montante de 187.392 euros, e estão registados todos os seguros com imóveis, equipamentos, viaturas e, essencialmente, embarcações. As apólices com maiores valores são as que cobrem os riscos Marítimo Cascos e P&I (seguro em matéria de créditos marítimos) dos navios próprios. Em 2021, a carteira de seguros foi revista para uma única apólice de grupo tendo sido incluídas as avarias internas na apólice e atualizados os capitais das embarcações.

Seguros	2020	2021	Var. 21/20
Seguro de Viaturas	1 220 €	2 704 €	122%
Seguro - Responsabilidade Civil	17 073 €	28 092 €	65%
Seguro - P&I	56 338 €	54 859 €	-3%
Seguro Maritimo/Casco	107 627 €	101 198 €	-6%
Seguro - Acidentes Pessoais	- €	77 €	100%
Seguro Multirrisco	508 €	463 €	-9%
Totais	182 766 €	187 392 €	3%

Fornecimento e Serviços Externos – Serviços Diversos**Encargos com a Operação**

A subconta Encargos com a Operação é a que apresenta maior peso na conta Serviços diversos, representando 35% do seu total. Aqui estão incluídos todos os gastos com agenciamento, capitánias, custos portuários e outros encargos com a operação dos navios. Em 2021, os gastos com encargos com a operação totalizaram 229.317 euros.



Gastos

Gastos com o Pessoal

O valor registado em gastos com o pessoal foi de 3.084.337 euros, o que representa um aumento de 11% relativamente a 2020. Em 2021, houve a necessidade de contratação sazonal de tripulantes, rececionistas e vendedores para a realização das linhas sazonais Branca e Lilás. Verificou-se um aumento no trabalho extraordinário, em consequência do regime de turnos em “espelho” com recurso a horas extraordinárias para garantir o não cruzamento entre membros das tripulações, como forma de mitigar o contágio do Sars-Cov-2 e garantir o cumprimento do serviço público.

Na rubrica Remunerações, constante do mapa, estão incluídos os ordenados base, subsídios de férias e natal, IHT, férias não gozadas, diuturnidades e despesas de representação. Nos outros gastos incluem-se os subsídios de alimentação, subsídios de embarque, de turno, abonos para falhas, ajudas de custo, prémio de produtividade, horas extraordinárias, formação, seguro de acidentes de trabalho, fardamento, medicina no trabalho, recrutamento e refeições do pessoal. Do total de gastos com os órgãos sociais, 51 % dizem respeito ao Presidente e os restantes 49 % aos dois Administradores (um executivo e um não executivo).

Gastos com Pessoal	Remunerações	Encargos Sociais	Outros Gastos	Totais
Órgãos Sociais	137 800 €	32 136 €	4 129 €	174 065 €
Estrutura	761 271 €	206 580 €	404 286 €	1 372 137 €
Ariel	25 339 €	7 685 €	24 606 €	57 631 €
Gilberto Mariano	371 306 €	44 367 €	384 213 €	799 885 €
Mestre Jaime Feijó	337 077 €	36 059 €	307 483 €	680 619 €
Totais	1 632 792 €	326 829 €	1 124 717 €	3 084 337 €

Gastos

Gastos de Depreciação e Amortização

Apurou-se o montante de 990.686 euros com Gastos de Depreciações e Amortizações, sendo 862.020 euros relativos ao equipamento básico que, na sua maioria, se refere aos navios que compõem a frota da Atlânticoline.

Gastos de depreciação e amortização	2020	2021	Var. 21/20
Propriedades de investimento	5 845 €	5 845 €	0%
Edifícios e outras construções	5 845 €	5 845 €	0%
Activos fixos tangíveis	849 005 €	862 020 €	2%
Edifícios e outras construções	13 566 €	13 566 €	0%
Equipamento básico	814 383 €	833 267 €	2%
Equipamento de transporte	4 441 €	- €	-100%
Equipamento administrativo	16 595 €	15 186 €	-8%
Outros Activos fixos tangíveis	19 €	- €	-100%
Activos intangíveis	129 868 €	122 821 €	-5%
Programas de computador	121 077 €	112 272 €	-7%
Outros ativos intangíveis	8 791 €	10 549 €	20%
Totais	984 718 €	990 686 €	1%

Outros Gastos, Gastos por Juros e Outros Encargos

A conta Outros Gastos e Perdas, no valor de 47.014 euros, engloba, principalmente, os gastos com impostos diretos, indiretos e taxas, bem como os prejuízos causados a terceiros durante a operação regular.

Foi contabilizado na rubrica gastos por juros e outros encargos o montante de 279.114 euros, que corresponde aos juros suportados, na sequência dos financiamentos bancários (103.958 euros), às diferenças de câmbios desfavoráveis (1.187 euros) e às despesas com serviços bancários (173.969 euros). Nesta última, está incluída a comissão bancária suportada pela liquidação antecipada do empréstimo a médio e longo prazo, efetuado no último trimestre do ano.

O Conselho de Administração da Atlânticoline, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante na documentação da prestação de contas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e, que o Relatório de Gestão reflete o desempenho da empresa.

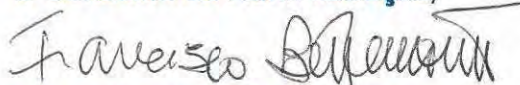
Proposta de Aplicação de Resultados

Dando cumprimento às disposições legais, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de 1.102.540,75 euros (um milhão cento e dois mil, quinhentos e quarenta euros e setenta e cinco cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Reserva legal ----- 1 10.254,08 euros
- Resultados transitados ----- 992.286,67 euros


Horta, 25 de março de 2022

O Conselho de Administração,



Francisco Duarte da Silva Bettencourt

Vogal Executivo



César Augusto Formiga da Cruz

Vogal Não Executivo

Anexos

Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 01/2021, de 29 de janeiro de 2021

- Representante da Região Autónoma dos Açores e membros da Assembleia Geral da Atlânticoline, S.A.;
- Transporte Excepcional de Combustível – Atlânticoline, S.A.;
- Ponto Três: Denúncia Cautelar por Condições de Resseguro;
- Cancelamento da garantia bancária prestada pela Atlânticoline, S.A., a favor da Região Autónoma dos Açores – OSP's 2017-2020;
- Renovação Cartas Conforto – Caixa Económica Montepio Geral e Novo Banco dos Açores;
- Vacinação Covid-19 Prioritária de Pessoal Marítimo da Atlânticoline, S.A.,
- Imobilização embarcação Ariel;
- Procedimento de adjudicação da prestação do serviço de transporte marítimo de passageiros na Linha Rosa, durante a imobilização da Ariel;
- Protocolo SRSS/ Atlânticoline, S.A. “Açores para todas as Idades”;
- Abastecimento Navios “Mestre Jaime Feijó” e “Cruzeiro das Ilhas”,
- Abastecimento Navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Aquisição de Proteção Anticorrosiva Navio “Gilberto Mariano”;
- Aquisição de um Bote de Socorro para a Embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Abastecimento Navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento Navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Pedido de Autorização Contrato Sem Termo - Paulo Coutinho;
- Tarifário para a operação da Atlânticoline para o ano de 2021;
- Indicadores Comerciais - mês dezembro de 2020;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 01/2021, de 29 de janeiro de 2021 (continuação)

- Autorização de custos – trabalhos especializados, comunicações, cópias/ impressões, do mês de janeiro de 2021;
- Autorização de custos – trabalhos especializados e cópias/ impressões, do mês de fevereiro de 2021;
- Autorização de custos - PHC On – Licenciamento anual;
- Alteração Permutativa do Orçamento
- Alteração Permutativa do Orçamento,
- Adenda Contrato Linha Protocolada Covid – Montepio Geral;
- Alteração Permutativa do Orçamento;
- Alteração Permutativa do Orçamento;
- Renovação Seguros P&I embarcações frota própria da Atlânticoline.
- Alteração Permutativa do Orçamento;
- Orçamento de 2021 – Aplicação de Regime Duodecimal;
- Mapa de Saldos de Clientes - mês de dezembro;
- Mapa de Fundos Disponíveis -mês de dezembro;
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores – mês de dezembro;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 02/2021, de 26 de fevereiro de 2021

- Resposta ao Requerimento do Grupo Parlamentar do PPM, de 04 de janeiro de 2021;
- Proposta de resposta à Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos Reclamação de cidadão sobre o cancelamento de viagem da Linha Verde;
- Resposta ao Requerimento n.º 62/XII, do Grupo Parlamentar do PPM;
- Representante da Região Autónoma dos Açores e membros da Assembleia Geral da Atlânticoline, S.A.;
- Proposta da Atlânticoline, S.A., de Tarifário e criação de duas novas tarifas para o ano de 2021;
- Proposta de Extensão do período de operação da Linha Branca em 2021;
- Pedido de resposta a ofício 201-UAT II, do Tribunal de Contas – Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2020;
- Preparação de elementos para a ação de fiscalização nº 20-201FS2 do Tribunal de Contas, comunicada através do ofício 292-UAT II – Obrigações de Serviço Público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas da Região Autónoma dos Açores – 2017 - 2020;
- Retoma da atividade da embarcação Ariel;
- Aplicação na Atlânticoline, S.A., de mecanismos alternativos de prestação de trabalho – Decreto Regulamentar Regional n.º 1-E/2021/A, de 05 de fevereiro;
- Prestação do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas no período de restrição à circulação na via pública;
- Conclusão do processo de registo da titularidade da viatura mista FIAT, com a matrícula 79-SG-23;
- Denúncia cautelar por condições de resseguro - renovação das apólices de responsabilidade civil das embarcações Gilberto Mariano, Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do Canal;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração

Stu
h

Ata 02/2021, de 26 de fevereiro de 2021 (continuação)

- Preparação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2021 – proposta de orçamento da Atlânticoline, S.A. para o ano de 2021;
- Prorrogação do prazo do certificado de segurança da embarcação Cruzeiro das Ilhas, emitido pela DGRM;
- Abastecimento Navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento Embarcação “Cruzeiro das Ilhas”;
- Abastecimento Navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Reparação das máquinas principais do navio “Gilberto Mariano”;
- Reparação de chapa da embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Aquisição de proteção anticorrosiva para a embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Certificação anula dos meios de combate e deteção de incêndio do navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento Navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Filtros de óleo e combustível, do navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível Navio “Gilberto Mariano”;
- Reparação de chapa da embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Certificação de equipamento VDR, ano 2021, para o navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível ao navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Realização de inventário IHM, pela sociedade classificadora Bureau Veritas, para o cumprimento de regulamento estatutário e de classe – navio “Gilberto Mariano”;
- Reparação do bote de socorro da embarcação “Cruzeiro das Ilhas”;
- Certificação dos meios de salvamento do navio “Gilberto Mariano”;
- Plano de regularização de dívida do agente de viagens TURANGRA;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 02/2021, de 26 de fevereiro de 2021 (continuação)

- Indicadores comerciais do mês de janeiro de 2021;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Certificação do relatório final de execução das OSP's, do ano de 2020;
- Regularização de saldos do agente turístico TOPATLÂNTICO;
- Orçamento de 2021 – Aplicação de Regime Duodecimal em fevereiro;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Remessa do relatório final de execução das OSP's, relativo ao ano de 2020, à Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos;
- Cancelamento da garantia bancária prestada pela Atlânticoline, S.A., a favor da Região, no âmbito do contrato das OSP's 2017-2020;
- Resposta a pedido da Direção Regional do Orçamento e Tesouro, de identificação da necessidade de prestação de avales da Região Autónoma dos Açores à Atlânticoline, S.A., para o ano de 2021;
- Resposta a pedido da Direção Regional do Orçamento e Tesouro, de identificação de garantias prestadas a outras entidades, bem como as respetivas condições, em trinta e um de dezembro de 2020;
- Resposta a pedido da Direção Regional do Orçamento e Tesouro, de apresentação previsional de fecho de contas do ano 2020;
- Resposta a pedido da Direção Regional do Orçamento e Tesouro, de previsão da execução orçamental do ano de 2020, para preparação do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021;
- Mapa de Saldos de Clientes - mês de janeiro de 2021;
- Mapa de Fundos Disponíveis -mês de janeiro de 2021;
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores-mês de janeiro 2021.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração





Ata 03/2021, de 26 de março de 2021

- Resposta a ofício 201-UAT II, do Tribunal de Contas – Relatório e Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2020;
- Representação da Atlânticoline, S.A. na Associação de Turismo dos Açores;
- Pedido de substituição das defensas do porto das Velas;
- Realização da ação de fiscalização nº 20-201FS2 do Tribunal de Contas, comunicada através do ofício 292-UAT II – Obrigações de Serviço Público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas da Região Autónoma dos Açores – 2017 - 2020;
- Resposta a pedido de alteração da lotação máxima dos navios que integram a frota da empresa;
- Representação da Atlânticoline, S.A. na Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- Resposta ao Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD Açores - Gastos com remunerações de gestores públicos;
- Enriquecimento da informação a prestar ao público em situação de alterações e/ ou cancelamento de viagens programadas;
- Embarcação “Gilberto Mariano” - Emissão de certificados;
- Regresso à operação da embarcação “Gilberto Mariano”;
- Confirmação de licitude dos fundamentos do processo de despedimento do ex-funcionário, pelo Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de Competência Genérica da Horta;
- Assunção dos custos associados à assistência hospitalar das passageiras sinistradas em agosto de 2017;
- Renovação da certificação de segurança da embarcação “Cruzeiro das Ilhas”;
- Resposta a reclamação submetida à Presidência do Governo Regional dos Açores, acerca de cancelamento de viagem da Linha Verde no dia 24 de fevereiro de 2021 e resposta a reclamação sobre o regulamento dos passes dirigido à Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia – Direção Regional dos Transportes Aéreos e Marítimos;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração

Ata 03/2021, de 26 de março de 2021 (continuação)

- Pedido de Autorização de conversão/ passagem de contrato de trabalho a termo certo para sem termo;
- Pedido de Autorização de contratação de pessoal para realizar a operação em época alta/sazonal, e contratação imediata de assistente de passageiros por necessidade de substituição de funcionário por baixa;
- Acerto de objeto e cobertura das apólices de responsabilidade civil, associadas às embarcações e atividade da Atlânticoline, S.A.;
- Adjudicação de prestação de serviços de manning à empresa Promarinha;
- Comunicação da aprovação do tarifário da Atlânticoline para 2021;
- Comunicação da aprovação da extensão do período de operação da Linha Branca para 2021;
- Devolução de compensação financeira – Cartão Interjovem ano 2020;
- Saldo em dívida – Pousadas da Juventude dos Açores, S.A.;
- Plano de pagamentos – Junta de Freguesia de São Roque;
- Apresentação de Proposta de Plano de Comunicação Institucional da Atlânticoline, S.A., para o ano de 2021;
- Proposta de adaptação do plano de exploração da operação regular aos horários do Verão IATA, por forma a garantir a intermodalidade nas ilhas do Triângulo;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Docagem 2021, reparação estabilizadores – Embarcação “Gilberto Mariano”;
- Manufatura encanamentos casa da máquina embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração

Stu
li

Ata 03/2021, de 26 de março de 2021 (continuação)

- Reparação Molinete de proa – Embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Reparação da avaria no sistema de alimentação de combustível – máquinas principais da Embarcação “ARIEL”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Recondicionamento das duas máquinas principais da embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Reparação de chapa da embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Reparação de chapa da embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Reparação de avaria dos estabilizadores da embarcação “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Autorização de Custos;
- Assinaturas Qualificadas para emissão de faturação eletrónica;
- Despacho de Arquivamento do Inquérito de acesso e divulgação ilegal de dados pessoais;
- Covid – 19 Medidas excecionais e específicas para os Açores;
- P&O 2021 – Regime duodecimal;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Comunicação grande intervenção casco e máquinas na embarcação “Cruzeiro do Canal”, ao clube de P&I;
- Pagamento de emolumentos do Visto Prévio do Tribunal de Contas – Contrato OSP's transporte marítimo de passageiros e viaturas ano de 2021;
- Comunicação da companhia de seguros relativamente à indemnização dos custos da reparação da avaria da embarcação “Ariel”;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 03/2021, de 26 de março de 2021 (continuação)

- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Mapa de fundos disponíveis – mês de fevereiro;
- Mapa de saldos de clientes - mês de fevereiro;
- Mapa de pagamentos a fornecedores - mês de fevereiro;
- Deslocação de comitiva da Atlânticoline, S.A., para visita e inspeção a navio ferry ropax “Terevau Piti”, nova construção, em Vigo, Espanha;

Ata 04/2021, de 26 de abril de 2021

- Apreciação e Deliberação sobre o Relatório e Contas de 2020.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 05/2021, de 30 de abril de 2021

- Intermodalidade Transportes Aéreos/Marítimos do Triângulo /Verão IATA 2021;
- Requerimento informação cancelamentos Atlânticoline, S.A.;
- Pedido de apólice de seguros;
- Comunicação de contratação imediata de 3 marinheiros de tráfego local, por necessidade imperiosa da atividade;
- Embarcação “Cruzeiro das Ilhas” (PT-107181-TL) - Emissão de certificado;
- Liquidação de fatura do Varela & C.ª, Lda., relativa a reparação da Ariel;
- Defensas do Porto Comercial de Velas – Portos dos Açores, S.A.;
- Relatório sobre a visita e inspeção a navio ferry ropax “Terevau Piti”, nova construção, em Vigo, Espanha;
- Proposta de revisão do Acordo de Empresa 2021, por parte do SIMAMEVIP;
- Mapa de Férias de 2021;
- Classificações de avaliação de desempenho referentes ao ano de 2020, dos colaboradores da Atlanticoline, S.A.;
- Reclassificação da funcionária na carreira de Técnica Superior;
- Plano de regularização de dívida de funcionária à entidade empregadora;
- Reclassificação da funcionária Maura Ponte na carreira de Técnica Superior;
- Aceitação de Adesão da medida de Apoio Excecional à Família para Trabalhadores por Conta de Outrem;
- Recurso a medidas de apoio para funcionários afetos à operação da Linha Amarela em 2021;
- Plano e período de estágio profissional, na função de Mestre de Tráfego Local;
- Reparação de chapa embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Docagem Estaleiro NavalCanal - Embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração

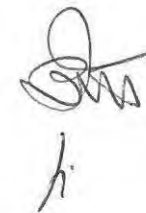


Ata 05/2021, de 30 de abril de 2021 (continuação)

- Aquisição líquido refrigerante para as máquinas principais das embarcações “Cruzeiro do Canal e “Cruzeiro das Ilhas;
- Abastecimento combustível gasóleo embarcação “ARIEL”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Reparação das caixas redutoras da embarcação “ARIEL”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Indicadores Comerciais meses de fevereiro e março;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Adenda contrato linha protocolada Covid-Montepio;
- Alteração permutativa do orçamento;
- P&O 2021 –Regime Duodecimal;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Conta de Gerência referente ao ano de 2020.
- Mapa de Saldos de Clientes;
- Mapa de Fundos Disponíveis;
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração

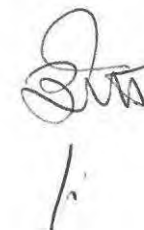


Ata 06/2021, de 28 de maio de 2021

- Proposta de Revisão do Acordo de Empresa do SIMAMEVIP e resposta da Atlânticoline com Contraproposta;
- Ativação do SELO CLEAN & SAFE AÇORES 2021 – Adesão;
- Incidente com derrame de óleo hidráulico do navio Gilberto Mariano;
- Recurso à medida do Lay-off;
- Autorização de embarque – Atlânticoline, S.A.;
- Ajustamento ao tarifário da Atlânticoline, S.A., em função das alterações ao tarifário do transporte aérea inter-ilhas;
- Impossibilidade de ajustar a lotação máxima dos navios da Atlânticoline, S.A, à lotação máxima de segurança;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Reparação Cabrestantes de Proa-Embarcações “Cruzeiro do Canal”, “Gilberto Mariano” e “Mestre Jaime Feijó”;
- Avaria nos Estabilizadores da Embarcação “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo embarcação “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Andonos de zinco embarcações #Cruzeiro do Canal” e “Cruzeiro das Ilhas”;
- Pedido de autorização contrato sem termo;
- Renovação de contrato de rececionista vendedor;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 06/2021, de 28 de maio de 2021 (continuação)

- Pedido de autorização de contratação de pessoal para preparar e realizar a operação da Atlânticoline, S.A., em época alta/sazonal;
- Renovação de licença sem vencimento;
- Autorização de cabimentos custos;
- EDOC;
- Indicadores comerciais mês de abril de 2021;
- Alteração aos protocolos de parceria-rede de vendas;
- Resolução do Conselho do Governo nº 115/2021 de 17 de maio de 2021;
- Regularização processo Wind;
- Regularização – Agência de Viagens Micaelense;
- Regularização saldo – The Regent Maritime Hotel (2008);
- E-commerce – Consulta;
- Implementação faturação eletrónica – Consulta;
- P&O 2021 – Duodécimos;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Apresentação de condições conta corrente caucionada – BPI;
- Atualização do subsídio de turno;
- Registo da Marca no mercado chinês;
- Mapa de Saldos de Clientes;
- Mapa de Fundos Disponíveis;
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 07/2021, de 30 de junho de 2021

- Representação da Atlânticoline, S.A., na reunião de Assembleia Geral da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada;
- Ajustamento ao tarifário da Atlânticoline, S.A., em função das alterações ao tarifário do transporte aéreo inter-ilhas;
- Operação Sazonal da Atlânticoline - Linha Lilás;
- Ajustamento da lotação máxima dos navios da Atlânticoline, S.A., à lotação máxima de segurança;
- Embarcação “Cruzeiro das Ilhas” (PT-107181-TL) - Emissão de certificado;
- Alocação de um navio ropax, que integra a frota da empresa, ao porto das Velas;
- Reunião de negociação entre a Atlânticoline, S.A., e os representantes do Sindicato SIMAMEVIP, na sede da empresa, no âmbito da revisão do Acordo de Empresa (AE);
- Revisão do AE da Atlânticoline, S.A. – DRR n.º 10-A/2021/A, de 28 de junho;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”; -
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”; -
- reparação das duas máquinas principais da embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”; -
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo embarcação “ARIEL”;
- Concurso de consulta ao mercado de fornecimento de combustível para a operação do Grupo Central entre os meses de julho a dezembro de 2021;
- Abastecimento de combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo embarcação “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 07/2021, de 30 de junho de 2021 (continuação)

- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Aquisição pirotécnicos para as embarcações “Cruzeiro do Canal” e “Cruzeiro das Ilhas”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Abastecimento combustível gasóleo navio “Gilberto Mariano”;
- Adjudicação de fornecimento de combustível para os navios da operação de passageiros e de viaturas de 01 de julho de 2021 a 31 dezembro de 2021;
- Fornecimento de combustível para os navios da operação de passageiros e de viaturas, relativo ao mês de julho de 2021;
- Autorização cabimentos custos;
- Pedido de autorização de renovação de contrato de trabalho;
- Pedido de autorização de renovação contratual de funcionários - medida de salvaguarda da prestação de serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas;
- Atualização do Valor de Isenção do Horário de Trabalho com efeitos retroativos;
- Indicadores Comerciais do mês de maio;
- Protocolo Cartão Interjovem e transporte dos respetivos portadores a bordo das embarcações operadas pela Atlânticoline, S.A., em 2021;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 07/2021, de 30 de junho de 2021 (continuação)

- Dívida da Pousadas da Juventude dos Açores, S.A. à Atlânticoline, S.A. – cartão Interjovem e atribuição de descontos aos respetivos portadores transportados a bordo das embarcações operadas pela empresa em anos transatos;
- Pedido de autorização de despesa para renovação de certificação de qualidade;
- Denúncia Cautelar por Condições de Resseguro;
- Resposta a acerto de objeto e cobertura das apólices de responsabilidade civil, associadas às embarcações e atividade da Atlânticoline, S.A.;
- Realização da ação de fiscalização nº 20-201FS2 do Tribunal de Contas, comunicada através do ofício 292-UAT II – Obrigações de Serviço Público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas da Região Autónoma dos Açores – 2017 – 2020 – pedido de elementos adicionais;
- Orçamento para 2021 – Aprovação;
- Decreto Legislativo Regional 1/2020/A – Cativo;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Mapa de Saldos de Clientes;
- Mapa de Fundos Disponíveis.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração


h.

Ata 08/2021, de 30 de julho de 2021

- Permanência de um “Cruzeiro” nas Velas de 15/07 a 31/08 de 2021;
- Revisão do Acordo de Empresa;
- Auditoria à estratégia para a implementação da mobilidade elétrica nos Açores – Tribunal de Contas;
- Embarcação “Cruzeiro do Canal” (PT-111911-TL) - Emissão de certificado;
- Comunicação da renovação de certificação e entrada ao serviço da embarcação “Cruzeiro do Canal”;
- Desdobramentos por limitação da lotação das embarcações a 2/3 impostas pela Autoridade de Saúde Regional – faturação do valor realizado;
- Proposta de introdução de viagem às 09h15, na Linha Azul, por necessidade de desdobramentos;
- Remessa de contratos ao Tribunal de Contas;
- Adesão da empresa à acinGov – plataforma eletrónica de compras públicas;
- Novas medidas de controlo da mobilidade por via marítima;
- Novas medidas de controlo da mobilidade por via marítima – articulação com a Autoridade Marítima – Capitania do Porto de Praia da Vitória;
- Solicitação à Direção Regional da Saúde de permissão de alargamento da restrição da lotação das embarcações para utentes do serviço de saúde Regional;
- Comunicação de Contratação imediata da Marinheiro por necessidade de substituição de funcionário por baixa;
- Informação complementar – Pedido de autorização de conversão de contratos de trabalho a termo para sem termo;
- Formação e avaliação e validação de competências;
- Participação de ocorrência de desacato entre tripulantes, a bordo de embarcação que integra a frota da Atlânticoline, S.A.;
- Comunicação do funcionário Paulo Serpa de participação à Inspeção Regional do Trabalho;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 08/2021, de 30 de julho de 2021 (continuação)

- Participação da Atlânticoline no exercício AZAREX 2021;
- Candidatura ao projeto de Apoio Extraordinário à Empregabilidade Açores 21 (AEE21);
- Pedido Autorização Despesa – Protocolo Atlânticoline, S.A./ RIAC, ANO 2021o Despesa – Protocolo Atlânticoline, S.A./ RIAC, ANO 2021;
- Indicadores Comerciais;
- Contrato-Programa – operacionalização do cartão Interjovem 2021;
- Autorização cabimentos gastos da DSI;
- Resolução de anomalias na leitura/ validação eletrónica dos passes;
- Assinatura de contrato de fornecimento de combustível para as embarcações afetas à operação regular no Grupo Central;
- Equipamento de reposição dos sistemas de estabilizadores para as embarcações ropax, que integram a frota da Atlânticoline, S.A.;
- Trabalhos de serralharia efetuados na docagem do “Cruzeiro do Canal”;
- Vistoria Sociedade classificadora BUREAU VERITAS à embarcação “Gilberto Mariano”;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Renovação da Conta Corrente Caucionada do Banco Montepio;
- Contratualização de Conta Corrente Caucionada do Banco Português de Investimento (BPI);
- Solicitação de autorização do acionista único da Atlânticoline, S.A. para a renovação/ contratualização das Contas Correntes Caucionadas e emissão de garantia;
- Comunicação ao acionista único da Atlânticoline, S.A. da melhoria do spread da proposta do Banco Montepio;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 08/2021, de 30 de julho de 2021 (continuação)

- Revisão das apólices de seguros de responsabilidade civil e apólice frota de Marítimo Casco da Generali Seguros, S.A., Seguradoras Unidas;
- Comunicação da retoma ao serviço da embarcação “Cruzeiro do Canal”, ao Clube de P&I;
- Imobilização da lancha Ariel, no dia 13 de julho, em viagem entre o Corvo e as Flores e aquisição de serviço de embarcação marítimo-turística por necessidade de substituição, para a garantia da prestação do serviço público;
- Incidente com o navio Gilberto Mariano, no dia 19 de julho;
- Mapa de Saldos de Clientes, mês de junho;
- Mapa de Fundos Disponíveis, mês de junho;
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores, mês de junho.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 09/2021, de 31 de agosto de 2021

- Ajustamento à lotação máxima dos navios da Atlânticoline, S.A., lotação máxima de segurança;
- Concurso público, com publicidade internacional, para o fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores;
- Substituição temporária do serviço providenciado pela embarcação Ariel;
- Novo procedimento de consulta vinculativa ao mercado para substituição do serviço providenciado pela Ariel, em situações de imobilização ou de acréscimo excecional de procura e necessidade de realização de viagens extraordinárias;
- Renovação da conta corrente caucionada – Banco Montepio;
- Contratualização de conta corrente caucionada no Banco Português do Investimento (BPI) e Aval da Região;
- Renovação conta corrente caucionada - Novo Banco dos Açores;
- Embarcação “Cruzeiro das Ilhas” (PT-107181-TL) - Emissão de certificado;
- Docagem da embarcação “Mestre Jaime Feijó”,
- Indicadores Comerciais;
- Ingresso na Ordem dos Engenheiros Técnicos;
- Inspeção do Trabalho - processo de averiguação n.º 3628/2021/P/H-1A;
- Pedido de autorização de despesa para certificação de boas práticas na gestão de riscos biológicos;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Covid-19 Medidas excecionais e específicas para os Açores;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Mapa de Saldos de Clientes, mês de julho;
- Mapa de Fundos Disponíveis, mês de julho;
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores, mês de julho.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 10/2021, de 8 de setembro de 2021

- Apreciação da proposta ao concurso público, com publicidade internacional, para fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores.

Ata 11/2021, de 30 de setembro de 2021

- Concurso público, com publicidade internacional, para o fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores – Submissão da proposta e notificação da decisão de adjudicação;
- Concurso público, com publicidade internacional, para o fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores – Deliberação sobre a continuidade do procedimento (documentos de habilitação, prestação de caução e outorga do contrato);
- Renovação conta corrente caucionada - Novo Banco dos Açores – solicitação de emissão de Carta Conforto da Região Autónoma dos Açores, como garantia;
- Conta corrente caucionada - contratualização entre o Banco Português do Investimento (BPI) e a Atlânticoline, S.A. – pedido de emissão de Carta Conforto da R.A.A., como forma de garantia;
- Resposta ao pedido de extensão da Linha Lilás até final do mês de setembro;
- Entrega do Relatório de Execução do ano de 2020 – Plano de Gestão do Risco de Corrupção e Infrações Conexas da Atlânticoline, S.A., ao Conselho de Prevenção da Corrupção;
- Ressarcimentos de Encargos – comunicação da Portos dos Açores, S.A., à Atlânticoline, S.A;
- Resposta com parecer da Atlânticoline, S.A., à proposta do Angra late Club; -Ponto Nove: Indicadores Comerciais;
- Fornecimento de combustíveis navios da operação de passageiros entre os meses de julho e dezembro de 2021;
- Autorização de cabimentos gastos da DSI;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 11/2021, de 30 de setembro de 2021 (continuação)

- Pedido de Autorização de renovação de contrato de trabalho;
- Reunião - Atlânticoline, S.A. e SIMAMEVIP;
- Instauração de processo de inquérito disciplinar;
- Proposta de nomeação para o cargo de supervisor técnico do Departamento de Manutenção;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Garantia Bancária a favor do Fundo Regional do Emprego;
- Renovação de seguros Marítimo-Casco das embarcações Cruzeiro do Canal e Cruzeiro das Ilhas;
- Mapa de Saldos de Clientes, mês de agosto;
- Mapa de Fundos Disponíveis, mês de agosto,
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores, mês de agosto.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 12/2021, de 30 de outubro de 2021

- Avaliação da fração e dos imóveis onde se encontram instalados a sede, o escritório e o armazém da Atlânticoline, S.A., na cidade da Horta;
- Ponto Dois: Título de Propriedade da embarcação Cruzeiro das Ilhas;
- Docagem obrigatória para efeitos de manutenção preventiva e programada e recertificação – navio ropax ferry Mestre Jaime Feijó;
- Resposta da Atlânticoline, S.A., à Portos dos Açores, S.A., relativamente a Ressarcimento de Encargos pela Atlânticoline;
- Alteração do tipo de ID da aplicação da apple (app IOS) da Atlânticoline, S.A.;
- Requerimento de vistoria para a renovação do certificado de navegabilidade da embarcação Ariel;
- Renovação conta corrente caucionada - Novo Banco dos Açores solicitação de emissão de Carta Conforto da Região Autónoma dos Açores, como garantia – Insistência na resposta;
- Conta corrente caucionada - contratualização entre o Banco Português do Investimento (BPI) e a Atlânticoline, S.A. – pedido de emissão de Carta Conforto da R.A.A., como forma de garantia – Insistência na resposta;
- Concurso público, com publicidade internacional, para o fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores – Submissão dos documentos de habilitação e assinatura do contrato;
- Liquidação do empréstimo de m/l prazo da Atlânticoline, S.A., contraído junto do banco Montepio Geral;
- Convite da Atlânticoline, S.A. ao SIMAMEVIP para a retoma do processo negocial de revisão do Acordo de Empresa;
- Convite da Atlânticoline aos seus trabalhadores, para uma reunião para esclarecimento de dúvidas relativamente à aplicação e execução do atual Acordo de Empresa;
- Saldo em Dívida – Pousadas da Juventude dos Açores, S.A.;
- Renovação dos certificados STCW de Segurança Básica, na Escola do Mar dos Açores;
- Renovação Conta Corrente Cautonada da Atlânticoline, S.A., do Santander Totta;
- Pedido de Parecer - Emissão de exceção de carta de Mestre de Tráfego Local pela Autoridade Marítima – pilotagem embarcação Ariel;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 12/2021, de 30 de outubro de 2021 (continuação)

- Certificado de Segurança para Navio de Passageiros - embarcação Cruzeiro das Ilhas;
- Resultado Líquido acumulado em setembro de 2021 e previsão de Fecho de 2021;
- Resposta a inquérito da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), relativo ao setor de transporte regular de passageiros em vias navegáveis interiores e em vias marítimas;
- Indicadores Comerciais;
- Certificação dos meios de salvamento da embarcação Cruzeiro das Ilhas;
- Fornecimento de combustível para os navios da operação de passageiros – meses de novembro e dezembro de 2021;
- SRVE xFerry – Desenvolvimentos 2021;
- Contrato de Suporte, manutenção alojamento e backups do website e aplicações móveis da Atlânticoline, S.A.;
- Resposta ao Pedido de Autorização de Renovação de Contrato de Trabalho;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Regularização de Dívida – Encaminhamento para contencioso;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Mapa de Saldos de Clientes, mês de setembro;
- Mapa de Fundos Disponíveis, mês de setembro,
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores, mês de setembro;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 13/2021, de 15 de novembro de 2021

- Plano e Orçamento para o ano de 2022;

Ata 14/2021 de 30 de novembro de 2021

- Revisão do Acordo de Empresa e Aviso Prévio de Greve convocado pelo SIMAMEVIP;
- Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas Ação nº 20-201FS2 - Obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores;
- Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - Termo de aceitação;
- Aditamento ao contrato programa Interjovem;
- Protocolo DRSS/ Atlânticoline, S.A., “Açores para todas as Idades”;
- Adenda ao protocolo entre a ADFMA e a Atlânticoline, S.A.;
- Notificação da Polícia Marítima e decisão final – acidente de poluição por hidrocarbonetos – “Cruzeiro do Canal”, em 08 de janeiro de 2018;
- Resposta ao pedido de esclarecimento da DROT, sobre o nível de endividamento da Atlânticoline, S.A., em 31 de dezembro de 2020 – Tribunal de Contas;
- Indicadores Comerciais;
- Pedido de anuência de renovação de contrato;
- Pedido de autorização de informação complementar-pedido de autorização de conversão de contratos de trabalho a termo certo para sem termo;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 14/2021 de 30 de novembro de 2021 (continuação)

- Certificação anual dos meios de salvamento da embarcação “Mestre Jaime Feijó”,
- Fornecimento de combustível aos navios operação de passageiros - mês de dezembro de 2021;
- Intervenção geral nas máquinas principais da embarcação “Gilberto Mariano”; -
- Certificação dos meios de combate incêndio da embarcação “Mestre Jaime Feijó”;
- Certificação equipamento VDR do ano de 2021 – Navio “Mestre Jaime Feijó”;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Renovação do contrato de utilização de 12 TPA's, com o Banco Montepio;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Mapa de Saldos de Clientes, mês de outubro;
- Mapa de Fundos Disponíveis, mês de outubro,
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores, mês de outubro.



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 15/2021 de 30 de dezembro de 2021

- Revisão do A.E. e Aviso Prévio de Greve convocado pelo SIMAMEVIP;
- Aviso Prévio de Greve para o período entre as 00h00 do dia 01 de janeiro de 2022 e o dia 31 de janeiro de 2022, convocado pelo SIMAMEVIP;
- Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas Ação nº 20-201FS2 - Obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores;
- Pedido de conversão de contratos de trabalho a termo certo em contratos sem termo – categoria profissional de Marinheiro;
- Comunicação de autorização da repartição do encargo relativo à intervenção geral das máquinas principais da embarcação “Gilberto Mariano”;
- Proposta de oferta de emprego para Marinheiros, submetida pelo site do Portal de Emprego, da Direção Regional da Qualificação Profissional e Emprego;
- Identificação de necessidades de recrutamento de profissionais marítimos pela Atlânticoline, S.A.;
- Visto da Secção Regional do Tribunal de Contas no contrato de fornecimento do serviço público de transporte de passageiros e de viaturas na Região Autónoma dos Açores, para os anos de 2022 e 2023, com opção para o ano de 2024 e pagamento dos emolumentos pela Atlânticoline, S.A., na qualidade de entidade adjudicatária do serviço;
- Notificação 2301/2021/SIH, para a tomada de medidas – Inspeção Regional do Trabalho – Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego;
- Operação de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na Linha Verde, entre 01 de junho de 2022 e 30 de setembro de 2022 – alocação de embarcação no porto de Velas, na ilha de São Jorge;
- Proposta de novo contrato-programa para 2022, para dinamizar a mobilidade de jovens entre as ilhas dos Açores – Cartão Interjovem;
- Presidência do Governo – Despacho nº 2799 de 3 de dezembro de 2021;
- Abastecimento combustível ilha do Corvo-Pedido de requisição;
- Pousadas da Juventude;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 15/2021 de 30 de dezembro de 2021 (continuação)

- Docagem navio “Gilberto Mariano”;
- Pagamento de férias não gozadas dos Dirigentes das Direções de Operações e Recursos Humanos e de Manutenção da Atlânticoline, S.A.;
- Apoios sociais para os pais e tutores que tenham de ficar em casa com os dependentes devido ao encerramento de escolas e creches nos Açores;
- Ressarcimento de Encargos – Atlânticoline, S.A.,
- Certificado de Segurança-da embarcação “Mestre Jaime Feijó”;
- Alterações ao tarifário a praticar a partir de 1 de janeiro de 2022;
- Circular com o reforço das medidas de autoproteção – COVID 19;
- Previsão de fecho do ano de 2021 – orçamental e financeira;
- Pedido de autorização de despesa para a implementação de processo de segurança de informação,
- Renuncia ao mandato de Presidente do Conselho de Administração, motivos e agradecimentos;
- Indicadores Comerciais,
- SRVExFERRY Desenvolvimentos 2021,
- Programa de Gestão Naval Manwinwin;
- Programa PHC On;
- Fornecimento de combustível navio “Mestre Jaime Feijó” Lisboa;
- Trabalhos de serralharia efetuados na embarcação “Cruzeiro das Ilhas”;
- Fornecimento de combustíveis navios operação de passageiros mês de dezembro de 2021;
- Intervenção preventiva nas máquinas principais embarcação “Mestre Jaime Feijó”;
- Docagem 2022 certificação estatutária de classe e manutenção das máquinas principais – embarcação “Gilberto Mariano”;
- Reparação rampa da ré – embarcação “Mestre Jaime Feijó”;



Anexo – Agenda das Atas do Conselho de Administração



Ata 15/2021 de 30 de dezembro de 2021 (continuação)

- Reparação equipamentos costado e convés da embarcação “Mestre Jaime Feijó”,
- Fornecimento de combustível navios de passageiros mês de dezembro de 2021;
- Fornecimento de cabos de amarração para as embarcações;
- Reparação da bomba de água salgada das máquinas principais das embarcações “Mestre Jaime Feijó” e “Gilberto Mariano”,
- Cumprimento do regulamento estatutário e de classe-inventário IHM-Sociedade classificadora Bureau Veritas-embarcação “Mestre Jaime Feijó”;
- Fornecimento de combustíveis navios operação de passageiros mês de dezembro de 2021;
- Fornecimento de combustíveis navios operação de passageiros mês de dezembro de 2021;
- Fornecimento de combustível dos navios da operação de passageiros para o mês de dezembro, conforme informação nº 147/DM/22.12.2021, apresentada pelo Diretor de Manutenção;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;





Ata 15/2021 de 30 de dezembro de 2021 (continuação)

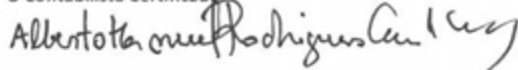
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Alteração permutativa do orçamento;
- Mapa de Saldos de Clientes, mês de novembro;
- Mapa de Fundos Disponíveis, mês de novembro,
- Mapa de Pagamentos a Fornecedores, mês de novembro;
- Cessação de Funções do Presidente do Conselho de Administração.



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

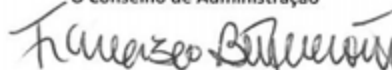
RUBRICAS	DATAS		
	2021	2020	
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	16 476 965	16 992 160
Propriedades de investimento	8	206 187	212 032
Ativos intangíveis	3	22 349	141 320
Outros ativos financeiros	18.1	52 470	49 085
		16 757 972	17 394 596
Ativo corrente			
Inventários	10	118 220	80 757
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.2	0	7 205 167
Clientes, contribuintes e utentes	18.3	878 800	930 453
Estado e outros entes públicos	18.9	101 687	83 409
Outras contas a receber	18.4	117 909	263 281
Diferimentos	18.6	23 321	7 215
Caixa e depósitos bancários	1	2 999 706	165 763
		4 239 642	8 736 045
Total do ativo		20 997 614	26 130 641
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Património líquido			
Património/Capital		7 145 400	7 145 400
Reservas		642 159	558 020
Resultados transitados		-3 903 074	-4 660 326
Outras variações no capital próprio		13 700 724	14 416 197
		17 585 210	17 459 291
Resultado líquido do período		1 102 541	841 391
Total do Património líquido	18.12	18 687 751	18 300 682
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos	18.7	46 975	38 489
Provisões	15	675 000	718 464
Financiamentos obtidos	18.11	425 926	3 197 926
		1 147 901	3 954 879
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos	18.7	7 967	15 904
Fornecedores	18.8	660 810	525 896
Estado e outros entes públicos	18.9	53 641	50 244
Financiamentos obtidos	18.11	74 074	2 870 599
Fornecedores de investimentos	18.8	5 490	0
Outras contas a pagar	18.8	355 123	406 465
Diferimentos	18.6	4 858	5 972
		1 161 962	3 875 080
Total do passivo		2 309 863	7 829 959
Total do Património líquido e do passivo		20 997 614	26 130 641

O Contabilista Certificado



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros
CC n.º 1703

O Conselho de Administração



Francisco Duarte da Silva Bettencourt
Vogal executivo



César Augusto Formiga da Cruz
Vogal não executivo

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

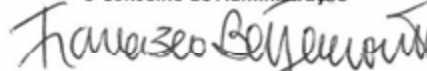
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2021	2020
Vendas	13	100	67
Prestações de serviços	13	8 091 900	7 771 842
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	0	144 563
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-20 062	-42 438
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-3 363 357	-2 968 298
Gastos com o pessoal	23.2	-3 084 337	-2 782 790
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.5	-86	249
Provisões	15	0	-718 464
Outros rendimentos e ganhos	23.3	796 509	822 661
Outros gastos e perdas	23.4	-47 014	-108 115
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 373 652	2 119 277
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3, 5 e 8	-990 686	-984 718
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 382 966	1 134 559
Juros e rendimentos similares obtidos		149	0
Juros e rendimentos similares suportados	23.5	-279 114	-291 715
Resultados antes de impostos		1 104 001	842 844
Imposto sobre o rendimento do período	18.9	-1 461	-1 452
Resultado líquido do período		1 102 541	841 391

O Contabilista Certificado



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros
CC nº 1703

O Conselho de Administração



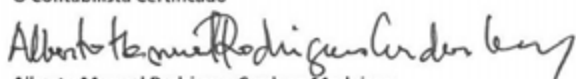
Francisco Duarte da Silva Bettencourt
Vogal executivo



César Augusto Formiga da Cruz
Vogal não executivo

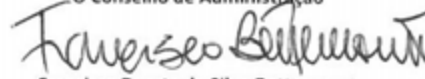
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020	Notas	PERÍODO	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		15 430 870	8 295 879
Pagamentos a fornecedores		-3 461 857	-3 974 955
Pagamentos ao pessoal		-3 039 996	-2 755 323
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	8 929 017	1 565 601
Outros recebimentos/pagamentos		263 569	620 290
	Fluxos de caixa das atividades operacionais	9 192 585	2 185 892
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-483 326	-261 918
<i>Investimentos financeiros</i>		-5 410	-2 368
Recebimentos provenientes de:			
<i>Investimentos financeiros</i>		0	292
<i>Juros e rendimentos similares</i>		149	0
	Fluxos de caixa das atividades de investimento	-488 587	-263 995
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		954 200	4 162 504
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-6 597 470	-5 793 170
<i>Juros e gastos similares</i>		-226 786	-215 444
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-5 870 056	-1 846 111
Variação de caixa e seus equivalentes		2 833 942	75 786
Caixa e seus equivalentes no início do período		165 763	130 397
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 999 706	165 763
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período			
	= Saldo da gerência anterior	165 763	130 397
<i>De execução orçamental</i>		116 013	80 692
<i>De operações de tesouraria</i>		49 750	49 705
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
	= Saldo para a gerência seguinte	0	165 763
<i>De execução orçamental</i>		250	116 013
<i>De operações de tesouraria</i>		-250	49 750

O Contabilista Certificado

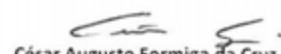


Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros
CC nº 1703

O Conselho de Administração



Francisco Duarte da Silva Bettencourt
Vogal executivo


César Augusto Formiga da Cruz
Vogal não executivo

Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do património líquido
	7 145 400	558 020	-3 456 133	12 347 229	-1 204 193	15 390 323
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação dos resultados de 2019	0	0	-1 204 193	0	1 204 193	0
Desreconhecimento - Tonnage Tax	0	0		2 765 659	0	2 765 659
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0	0		-696 691	0	-696 691
	0	0	-1 204 193	2 068 968	1 204 193	2 068 968
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					841 391	841 391
RESULTADO INTEGRAL					841 391	841 391
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	7 145 400	558 020	-4 660 326	14 416 197	841 391	18 300 682
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2021	7 145 400	558 020	-4 660 326	14 416 197	841 391	18 300 682
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Aplicação dos resultados de 2020	0	84 139	757 252	0	-841 392	0
Ajustamentos nos subsídios - por impostos	0	0	0		0	0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0	0	0	-715 473	0	-715 473
	0	84 139	757 252	-715 473	-841 392	-715 473
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					1 102 541	1 102 541
RESULTADO INTEGRAL					1 102 541	1 102 541
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	7 145 400	642 159	-3 903 074	13 700 724	1 102 541	18 687 751

O Contabilista Certificado



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros

CC nº 1703

O Conselho de Administração



Francisco Duarte da Silva Bettencourt

Vogal executivo



César Augusto Formiga da Cruz

Vogal não executivo

1.

1 - Identificação da entidade e período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: ATLANTICOLINE, S A

Número de matrícula no registo

comercial: 512091773

Página da internet: <https://www.atlanticoline.pt>

Endereço: Rua Conselheiro Miguel da Silveira, N 31 HORTA

Tutela: Região Autónoma dos Açores

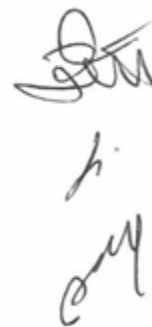
A ATLÂNTICOLINE, S.A. é uma sociedade anónima, constituída por escritura pública de 13 de outubro de 2005, detida na sua totalidade pela Região Autónoma dos Açores.

A ATLÂNTICOLINE rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e, quando aplicável, por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema regional de transporte marítimo e com a própria empresa.

O objeto principal da ATLÂNTICOLINE é a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, fazendo igualmente parte integrante do seu objeto a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, podendo explorar navios próprios ou de terceiros, como afretador a tempo ou em casco nu, com ou sem opção de compra, como locatário, ou ainda como fretador a tempo ou à viagem. A sociedade poderá ainda exercer a sua atividade comercial, em todas as áreas direta ou indiretamente ligadas aos transportes marítimos, nomeadamente exploração de portos, cais, marinas e respetivos estabelecimentos comerciais integrantes ou anexos, prestação de serviços a embarcações marítimas de transportes, serviços de restauração e hotelaria a bordo de navios, e ainda serviços de formação, consultadoria e assessoria nas áreas conexas com a sua atividade principal e desde que devidamente habilitada, bem como gestão e arrendamento de imóveis.

Foi adjudicado à ATLÂNTICOLINE o contrato denominado de “Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores”, celebrado em 30 de dezembro de 2020 durante o período de 12 meses contados a partir de 1 de janeiro de 2021, terminando a 31 de dezembro de 2021, pelo valor máximo de 4.900.000 euros.

Em 14 de outubro de 2021, foi assinado por um período de 24 meses, de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023, podendo o mesmo ser prorrogado por um período máximo de 12 meses, o novo contrato de Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores pelo



preço contratual de 17.999.999 euros.

1.2 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), as quais contemplam os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade, adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

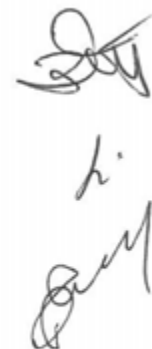
De referir que as notas indicadas neste anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo que as notas às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimento e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.



Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2022.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior. As diferenças de valores foram consequência do impacto causado pela COVID-19 que motivou acentuada redução da atividade.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Entidade não dispõe de quaisquer saldos de caixa e seus equivalentes com restrição de uso nos períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

	2021	2020
Numerário	8 420	8 541
Depósitos à ordem	2 893 286	59 223
Outros depósitos bancários	98 000	98 000
	<u>2 999 706</u>	<u>165 763</u>

Em Outros depósitos bancários encontra-se a caução exigida para o ajuste direto para formação do contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e de viaturas na RAA, nos termos do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito sem reservas, fica à ordem da RAA e é remunerado a uma taxa anual de 0.15%, e com termo a 31.12.2021.

Os descobertos bancários, quando existem, são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica financiamentos obtidos.

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionadas com operações de financiamento.



A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes, quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2- Outras políticas contabilísticas relevantes

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

(a) Ativos fixos tangíveis

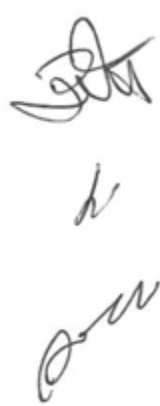
Os ativos fixos tangíveis para uso administrativo e operacional encontram-se registados ao custo, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas no item de “ativos fixos tangíveis”.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de “ativos fixos tangíveis” e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais



ou menos valias, respetivamente.

As taxas de depreciação correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospetivamente nas demonstrações financeiras.

(b) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da Entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os ativos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas no item de “propriedades de investimento”.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP, e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais



seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado que geralmente variam entre três e seis anos, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

(d) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.


Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerente.

(e) Imparidade de ativos não financeiros

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação



no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registrada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registrada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registrada.

(f) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital da participada - influência significativa), são registrados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial". Os investimentos em entidades em que a ATLÂNTICOLINE não detém qualquer influência significativa são apresentados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registradas pelo seu custo, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwill", sendo reconhecido separadamente no ativo e amortizado por um período de 10 anos nos casos em que a sua vida útil não pôde ser estimada com fiabilidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwill negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados.

Quando a proporção da Entidade nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

(g) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo, o qual inclui todas as despesas suportadas com a



compra e é determinado utilizando o método do custo médio ponderado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização ou de mercado, quando mais baixo, encontra-se registada na rubrica de perdas por imparidade acumuladas.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

(h) Instrumentos financeiros

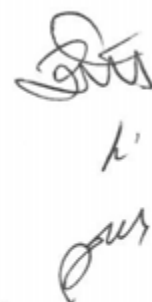
Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.



(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(j) Caixa e depósitos bancários

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(k) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(l) Fornecedores e outras contas a pagar

Os Fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(m) Financiamentos bancários

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

(n) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.



(o) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(p) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(q) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a administração procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

(r) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.



O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Os rendimentos no âmbito do contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e veículos entre as ilhas do arquipélago dos Açores assume a natureza de compensação no preço do passageiro transportado não diretamente suportado pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento da Região Autónoma dos Açores no âmbito do contrato denominado de “Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores”.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem



contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios e outros apoios das entidades públicas atribuídos, a fundo perdido, a projetos de investimento e no exercício de atividades exercidas e não financiadas no âmbito do contrato de fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas, entre as ilhas do arquipélago dos Açores, apresentados pelo ATLÂNTICOLINE são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

(s) Benefícios dos empregados

A ATLÂNTICOLINE reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A ATLÂNTICOLINE regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de "Outros créditos a receber e a pagar e Diferimentos".



(u) Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita ao regime especial de determinação da matéria coletável aplicável às atividades de transporte marítimo (designado “Tonnage Tax”), prevista no Decreto-Lei 92/2018, de 13 de novembro, sendo aplicável sobre a matéria coletável a taxa de 14,70%, em vigor na Região Autónoma dos Açores. Ao valor de coleta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade não procede ao registo de impostos diferidos, porque neste regime de tributação não existem diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal.

(v) Matérias ambientais

A Entidade reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem com os ativos e passivos com eles relacionados. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

(w) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requerer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade. Em 2021, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas que eram adotadas em períodos anteriores.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Administração procedido à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que estão garantidos através do contrato denominado de “Fornecimento do Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e de Viaturas na Região Autónoma dos Açores”, que foi concessionado em 14 de outubro de 2021, durante o período de 24 meses, com início a 1 de janeiro 2022, terminando a 31 de dezembro de 2023, e podendo o mesmo ser prorrogado por um período máximo de 12 meses, pelo preço contratual de 17.999.999 euros, pagável em:

2022 – 6.000.000 euros

2023 - 6.000.000 euros

2024 - 6.000.000 euros

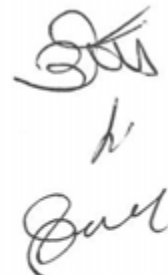
2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou em períodos anteriores e/ou futuros

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade.



Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela ATLÂNTICOLINE, para os períodos apresentados.

2.6 - Juízos de valor crítico se principais fontes de incerteza associadas a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

A estimativa e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no período subsequente nas quantias relatadas nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos do período estão relacionadas com as quantias a receber das entidades públicas que, em algumas situações, já apresentam uma antiguidade razoável e, conseqüentemente, podem afetar o equilíbrio financeiro da ATLÂNTICOLINE, assim como a determinação da vida útil dos ativos fixos tangíveis e dos impostos correntes e diferidos.

2.7 Alterações nas estimativas contabilísticas

A Entidade não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2021 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos períodos apresentados resume-se como segue:

	31 de dezembro de 2021				Saldo em 31-12-2021
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	
Custo:					
Programas de computador	651 006	0	97 450	0	748 456
Outros ativos intangíveis	126 346	0	-97 450	0	28 895
Investimentos em curso	0	3 851	0	0	3 851
	<u>777 351</u>	<u>3 851</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>781 202</u>
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	627 241	112 272	0	0	739 513
Outros ativos intangíveis	8 791	10 549	0	0	19 340
	<u>636 032</u>	<u>122 821</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>758 853</u>
Valor líquido	<u>141 320</u>				<u>22 349</u>

	31 de dezembro de 2020				Saldo em 31-12-2020
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	
Custo:					
Programas de computador	651 006	0	0	0	651 006
Outros ativos intangíveis	126 346	0	0	0	126 346
	<u>777 351</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>777 351</u>
Depreciações acumuladas					
Programas de computador	506 164	121 077	0	0	627 241
Outros ativos intangíveis	0	8 791	0	0	8 791
	<u>506 164</u>	<u>129 868</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>636 032</u>
Valor líquido	<u>271 188</u>				<u>141 320</u>

O montante de 3.851 euros registado na rubrica investimentos em curso diz respeito a despesas relacionadas com o projeto denominado "Desenvolvimento de Processo de Segurança da Informação, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade".

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no ano resume-se como segue:

	31 de dezembro de 2021				
	Saldo em 01-01-2021	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	Saldo em 31-12-2021
Custo:					
Edifícios e outras construções	166 004	0	0	0	166 004
Equipamento básico	23 721 042	0	405 521	0	24 126 562
Equipamento de transporte	160 813	0	0	0	160 813
Equipamento administrativo	701 866	0	0	0	701 866
Outros ativos fixos tangíveis	273 096	0	0	0	273 096
Investimentos em curso	59 527	346 825	-405 521	0	831
	<u>25 082 349</u>	<u>346 825</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>25 429 174</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	70 906	13 566	0	0	84 473
Equipamento básico	6 904 076	833 267	0	0	7 737 343
Equipamento de transporte	160 813	0	0	0	160 813
Equipamento administrativo	681 298	15 186	0	0	696 484
Outros ativos fixos tangíveis	273 096	0	0	0	273 096
	<u>8 090 189</u>	<u>862 020</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>8 952 209</u>
Valor líquido	<u>16 992 160</u>				<u>16 476 965</u>

	31 de dezembro de 2020				
	Saldo em 01-01-2020	Aquisições / Dotações	Transferências	Abates	Saldo em 31-12-2020
Custo:					
Edifícios e outras construções	166 004	0	0	0	166 004
Equipamento básico	23 441 839	279 203	0	0	23 721 042
Equipamento de transporte	160 813	0	0	0	160 813
Equipamento administrativo	701 866	0	0	0	701 866
Outros ativos fixos tangíveis	273 096	0	0	0	273 096
Investimentos em curso	43 579	59 527	0	43 579	59 527
	<u>24 787 198</u>	<u>338 730</u>	<u>0</u>	<u>43 579</u>	<u>25 082 349</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	57 339	13 566	0	0	70 906,46
Equipamento básico	6 089 693	814 383	0	0	6 904 075,59
Equipamento de transporte	156 372	4 441	0	0	160 813
Equipamento administrativo	664 702	16 595	0	0	681 298
Outros ativos fixos tangíveis	273 078	19	0	0	273 096
	<u>7 241 184</u>	<u>849 005</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>8 090 189</u>
Valor líquido	<u>17 546 014</u>				<u>16 992 159</u>

O montante de 405.521 euros registado na rubrica Equipamento básico é referente à docagem do Cruzeiro do Canal, efetuada em 2021, que permitiu prolongar o período de vida útil do navio.

O montante de 831 euros registado em investimentos em curso está relacionado com despesas referentes ao projeto do desenvolvimento de processo de segurança da informação, no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nesta rubrica resume-se como segue:

	2021	2020
Ativo bruto		
Saldo em 1 de janeiro	<u>307 266</u>	<u>307 266</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>307 266</u>	<u>307 266</u>
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas		
Saldo em 1 de janeiro	-95 234	-89 389
Depreciações do ano	<u>-5 845</u>	<u>-5 845</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>-101 079</u>	<u>-95 234</u>
Valor líquido em 31 de dezembro	<u><u>206 187</u></u>	<u><u>212 032</u></u>

Este imóvel encontra-se em regime de arrendamento tem gerado rendas no período no montante de 11.880 euros (em 2020 – 11.880 euros). Em 2021, não foram renovados contratos de arrendamento de 2 frações habitacionais, pela necessidade de utilização da empresa para garantir alojamento a tripulantes deslocados.

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos artigos de bar e comercialização resume-se como:

MERCADORIAS E MAT.PRIMAS DOS BARES		
	2021	2020
Inventário inicial	20 531	24 862
Compras	20 890	38 107
Regularização de existências	0	0
Inventário final	<u>-21 359</u>	<u>-20 531</u>
Custo das vendas	<u>20 062</u>	<u>42 438</u>
Inventário final	21 359	20 531
Perdas por imparidade de inventários	<u>0</u>	<u>0</u>
Saldo líquido	<u><u>21 359</u></u>	<u><u>20 531</u></u>
Combustível dos navios	<u>96 861</u>	<u>60 225</u>
	<u><u>118 220</u></u>	<u><u>80 757</u></u>

Os consumos de combustível são evidenciados na rubrica de Fornecimentos e serviços externos.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a **ATLÂNTICOLINE**, obteve a seguinte receita no desenvolvimento da sua atividade:

	2021	2020
Vendas		
Vendas de produtos a bordo	100	67
Serviços prestados		
Transporte de:		
Passageiros	2 362 913	1 604 498
Viaturas e carga	738 913	494 951
	3 101 825	2 099 449
Outros serviços	11 958	7 199
Fretamento de navios	45 790	22 180
Bares e restaurantes	32 327	40 269
	3 191 900	2 169 097
Obrigações serviço público	4 900 000	5 602 745
Prestações de serviços	8 091 900	7 771 842

Em conformidade com as condições previstas no contrato mencionado na nota 1 do anexo, todas as obrigações de prestação de serviço de transporte público foram cumpridas.

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

	2021	2020
Subsídios		
Subsídios à exploração	0	144 563
Total	0	144 563

Em 2020, o montante de 144.563 euros é exclusivamente referente aos apoios financeiros público no âmbito da COVID-19. Destes apoios, e em 31.12.2021, encontram-se por liquidar 5.023 euros registados na conta Outros Devedores e Credores - Fundo Regional do Emprego.

15. PROVISÕES E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Provisão é assim composta:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contratos onerosos		43 464
Acordo Indemnização "Seajets"	<u>675 000</u>	<u>675 000</u>
	<u>675 000</u>	<u>718 464</u>

O contrato de fretamento de dois navios para operação sazonal da linha amarela, foram unilateralmente cancelados decorrente das medidas de salvaguarda dos efeitos da crise pandémica em 2020.

A Administração está convicta de que a indemnização a pagar poderá perfazer o montante de 675.000 euros na eventualidade de ser estabelecido um acordo amigável que ainda não foi possível na presente data.

A estimativa de resolução por via litigiosa poderá variar entre 1.250 milhares de euros e 3.750 milhares de euros.

O montante de 43.464 euros compreende a parte do subsídio atribuído para compensação dos passageiros transportados do Interjovem, que não atingiu os limites contratados pelos efeitos do COVID-19, que foi devolvido à entidade financiadora em 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 existiam as seguintes garantias bancárias:

- 56.182 euros junto do Santander Totta relativo à concessão de um incentivo financeiro ao abrigo do Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico SIDER;
- 360.000 euros junto do Millennium BCP para caucionar o Contrato de Fornecimento de Serviço Público de Transporte de Passageiros e Viaturas na Região Autónoma dos Açores;

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam quaisquer ativos contingentes.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

17.1. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

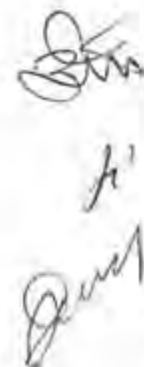
As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, em 25 de março de 2022, pela Administração.

17.2. ATUALIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO ACERCA DE CONDIÇÕES À DATA DE RELATO

Em consequência da pandemia do Covid-19 na atividade e nos procedimentos de gestão e administrativos da empresa obrigaram a que fosse ativado o plano de contingência que ainda se mantém em vigor. Em concordância com o plano de contingência, e durante o ano 2021, os membros das tripulações trabalharam em regime de turnos em "espelho", com recurso a horas extraordinárias, para garantir o não cruzamento entre membros das tripulações, como forma de mitigar o contágio do Sars-Cov-2 e garantir o cumprimento do serviço público. Situação que ainda se mantém à data de produção do presente documento.

Em abril de 2021, a Atlanticoline iniciou conversações com o Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante Agências de Viagem Transitários e Pesca (SIMAMEVIP) com o objetivo de proceder à revisão do Acordo da Empresa, assinado em 2018. A proposta enviada pelo SIMAMEVIP, apresentava uma redução de duração do período normal de trabalho para 35 horas, que implicaria um aumento da rubrica dos custos com pessoal e consequentemente um aumento do trabalho suplementar, para além de um aumento generalizado das remunerações adicionais aos salários base já existente (diuturnidades; subsídios de alimentação, pequeno-almoço, almoço, jantar e ceia; abono para falhas; prémio de viagem extraordinária, prémio de evacuação de doentes) exigia ainda a criação de um novo subsídio de disponibilidade, propostas desajustadas da realidade orçamental e operacional da empresa e do contexto regional.

Ao nível da tabela remuneratória a proposta centrou-se na categoria (Marinheiro), traduzindo-se num aumento de 15%. Estas medidas de centralizar a negociação salarial apenas numa categoria, foram rejeitados pela Atlanticoline que apresentou uma contraproposta em maio de 2021, onde pretendia enquadrar de um modo mais realista e global os aumentos propostos pelo SIMAMEVIP. Ao longo de 2021, foram realizadas diversas reuniões com o sindicato, com intuito de adaptar o Acordo de Empresa às realidades operacionais e financeiras da empresa. Não foi possível alcançar acordo, porque a negociação foi sempre centrada pelo SIMAMEVIP na tabela salarial. Ainda em dezembro, foi anunciada uma greve que perdurará até agosto com renovações mensais, com forte impacto a nível comercial e financeiro.



2021 foi um ano complexo nas relações com parceiro social, sempre que havia uma aproximação da empresa a algumas propostas sindicais, este surgia com novas exigências inconsequentes. A falta de acordo provoca uma incerteza no orçamento de pessoal, não sendo possível prever os valores de uma nova tabela salarial que o SIMAMEVIP venha a apresentar de modo a ser aceite pela Atlanticoline. Tentaremos alcançar um acordo em 2022 que proteja a imagem da empresa, comercialmente, financeiramente, operacionalmente e que possa ir ao encontro das necessidades emergentes de Recursos Humanos, protegendo o ativo mais importante: os nossos passageiros e o serviço público prestado. Contudo o histórico de reuniões e a politização dos processos tem dificultado muito a relação que deveria ser profícua.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os principais ativos e passivos financeiros são apresentados nos parágrafos seguintes:

18.1. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica "Outros ativos financeiros" tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Saldos não correntes		
Investimentos financeiros		
Investimentos em sociedades controladas	1	1
Investimentos noutras entidades	33 277	33 277
Outros investimentos financeiros	19 192	15 806
	<u>52 470</u>	<u>49 085</u>
	<u>52 470</u>	<u>49 085</u>

Está registado nesta rubrica ao custo de aquisição a joia de inscrição de 1.000 euros realizada em 2009 na Associação de Armadores da Marinha do Comércio, a participação financeira de 5% adquirida por 32.277 euros na empresa MAREAÇOR – Transportes Marítimos dos Açores, Lda. e 19.192 euros respeitantes ao Fundo de Compensação do Trabalho (em 2020 – 15.806 euros).

18.2. DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

O saldo devido pela Região Autónoma dos Açores de 7.205.167 euros, que transitou de anos anteriores, resulta de financiamento de aquisições de ativos fixos e de obrigações de prestação de serviço de transporte público, foi integralmente recebido no presente exercício.

18.3. CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2021	2020
Empresa-mãe		
Portos dos Açores	0	55
Outros clientes	878 800	930 398
Cientes de cobrança duvidosa	44 240	81 002
	<u>923 040</u>	<u>1 011 455</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-44 240	-81 002
	<u>878 800</u>	<u>930 453</u>

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de dezembro de 2021 apresentava-se como segue:

	Inferior a 180 dias	de 181 a 360 dias	de 361 a 530 dias	de 531 a 720 dias	Superior a 721 dias	Total
Cientes c/c	38 775	16 256	798	5 625	817 346	878 800
Cientes de cobrança duvidosa					44 240	44 240
	<u>38 775</u>	<u>16 256</u>	<u>798</u>	<u>5 625</u>	<u>861 585</u>	<u>923 040</u>

Em 31 de dezembro de 2021 um saldo que resultou de protocolos celebrados entre a Atlânticoline, S.A. e as Pousadas da Juventude dos Açores, S.A, nos anos de 2017, 2018 e 2019, destinados a regular as condições de transporte de passageiros titulares do cartão Interjovem, nos navios operados pela Atlânticoline e a suportar o valor dos descontos atribuídos, associados à redução das tarifas. No âmbito dos referidos protocolos, existe, à presente data, um saldo devedor da Pousadas da Juventude dos Açores, S.A., no montante de 803.982 euros para o qual não foi constituída qualquer imparidade.

18.4. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2021	2020
Devedores por acréscimo de rendimentos		
RAA-Serviço Público	0	103 155
Outros	25 000	25 000
Outros devedores:		
Subsídios ao investimento	83 389	83 389
Fundo Regional do Emprego	5 023	45 549
Outros	4 496	30 533
	<u>117 909</u>	<u>287 627</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0	-24 346
	<u>117 909</u>	<u>263 281</u>

A classificação das quantias escrituradas nas contas Clientes e Outros créditos a receber é mostrada no balanço de acordo com informação disponível sobre o período em que ocorrerá o seu reembolso.

18.5. IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo da rubrica Perdas por imparidade acumuladas de clientes e outros créditos a receber, teve o seguinte movimento durante o ano:

	Em 31 de dezembro de 2021				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes, contribuintes e utentes	81 002	346	-260	-36 848	44 240
Outras contas a receber	24 346	0	0	-24 346	0
	<u>105 348</u>	<u>346</u>	<u>-260</u>	<u>-61 194</u>	<u>44 240</u>

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo final
Clientes, contribuintes e utentes	82 158	0	-249	-907	81 002
Outras contas a receber	24 346	0	0	0	24 346
	<u>106 503</u>	<u>0</u>	<u>-249</u>	<u>-907</u>	<u>105 348</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação e estão evidenciadas na demonstração dos resultados pelo valor líquido apurado entre as perdas e as reversões.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o efeito líquido na demonstração dos resultados da reversão foi de 86 euros e 249 euros.

18.6. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2021	2020
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Seguros a liquidar	21 029	2 632
Rendas	2 292	4 583
	<u>23 321</u>	<u>7 215</u>
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Passageiros e viaturas	4 858	5 972

Em 31 de dezembro de 2021, na rubrica de seguros a liquidar encontra-se registado o diferimento dos seguros de acidentes de trabalho cujo registo do diferimento não foi estimado em 2020.

18.7. CREDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

No âmbito do SIDER, foi atribuído à **ATLÂNTICOLINE** um incentivo reembolsável sem juros, no valor de 103.001 euros, que se vence em prestações semestrais iguais e sucessivas de 8.026 euros, sendo a última em 30 de setembro de 2025. A maturidade deste incentivo reembolsável sem juros mensurado ao custo amortizado pode ser assim representada:

Anos	2021	2020
2021	0	15 904
2022	7 967	15 611
2023	15 815	15 323
2024	15 658	7 555
2025	15 503	0
	<u>54 942</u>	<u>54 393</u>

18.8. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os principais saldos credores destas rubricas eram os seguintes:

	2021	2020
Fornecedores		
Empresa-mãe	0	101 674
Outros	<u>660 810</u>	<u>424 221</u>
	<u>660 810</u>	<u>525 895</u>
Fornecedores de investimento		
Outros	<u>5 490</u>	<u>0</u>
	<u>5 490</u>	<u>0</u>
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos		
Remunerações a liquidar	283 687	284 401
Outros acréscimos de gastos	0	15 470
Cauções	0	50 000
Penalizações contratuais	70 716	55 250
Outros	<u>720</u>	<u>1 343</u>
	<u>355 123</u>	<u>406 465</u>

Em penalizações contratuais encontra-se o saldo que transita da fusão com a Transmaçor, no montante de 55.250 euros, a favor da Região Autónoma dos Açores, referente a duas penalizações por incumprimento contratual aplicadas à empresa em 2010. Também se inclui, em penalizações, o montante de 15.466 euros referente ao valor do subsídio atribuído para compensação dos passageiros transportados do Interjovem, que não atingiu os limites contratados. Prevê-se a liquidação total de ambas as penalizações em 2022.

O saldo que transitava em cauções no montante de 50.000 euros, é referente à caução recebida do fornecedor Hellenic Shipping, ao abrigo do contrato de fretamento de navio destinado à operação de passageiros 2019. Este valor em 2021 foi transferido para a rubrica Outras variações no Capital próprio, uma vez que, por motivo de incumprimento contratual, absoluto e definitivo o contrato não foi executado.

18.9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Os saldos devedores e credores resumem-se como se segue:

	2021	2020
Ativo		
Retenção de imposto s/rendimento		
Trabalho independente	0	494
Imposto sobre o valor acrescentado		
IVA - a recuperar	101 687	82 914
Segurança Social		
ADSE	0	1
Total Ativo	101 687	83 409
Passivo		
Imposto sobre rendim pessoas coletivas (IRC)		
Imposto a pagar	1 117	1 874
	1 117	1 874
Retenção de imposto s/rendimento		
Trabalho dependente	14 871	10 343
Trabalho independente	744	0
Rendimentos prediais	553	553
	16 168	10 896
Segurança Social		
Contribuições para a Segurança Social	36 053	34 617
Fundo Compensação do Trabalho	303	0
Descontos Judiciais	0	2 857
Total Passivo	53 641	50 244

A Entidade encontra-se sujeita ao regime especial de determinação da matéria coletável aplicável às atividades de transporte marítimo (designado "Tonnage Tax"), prevista no Decreto-Lei 92/2018, de

13 de novembro, sendo aplicável sobre a matéria coletável a taxa de 14,70%, em vigor na Região Autónoma dos Açores. Ao valor de coleta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. Este regime é aplicável por um período de 10 anos (último ano de tributação é 2028), que poderá ser renovado caso a Comissão Europeia autorize.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a reconciliação entre o resultado contabilístico e o fiscal resume-se como se segue:

	2021	2020
Estimativa do ano:		
Cálculo do imposto - Tonnage Tax	236	103
Tributações autónomas	1 225	1 740
Derrama municipal	0	31
Imposto corrente	<u>1 461</u>	<u>1 874</u>
Pagamentos por conta	-318	0
Retenções na fonte	<u>-26</u>	<u>0</u>
IRC a pagar / a recuperar	<u><u>1 117</u></u>	<u><u>1 874</u></u>

O imposto sobre o rendimento registado na demonstração dos resultados por naturezas compreende:

	2021	2020
Imposto corrente	-1 461	-1 874
Imposto diferido	<u>0</u>	<u>421</u>
	<u><u>-1 461</u></u>	<u><u>-1 452</u></u>

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão, também, efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A Administração entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquela declaração de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

18.10. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, procedeu-se ao desreconhecimento do saldo transitado do ano anterior de 421 euros, porque neste regime de tributação não existem diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal.

18.11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os financiamentos obtidos estavam assim subdivididos:

	Corrente		Não corrente	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos bancários	74 074	253 377	425 926	3 197 926
Conta corrente caucionada	0	2 616 800	0	0
Locações financeiras	0	423	0	0
	<u>74 074</u>	<u>2 870 599</u>	<u>425 926</u>	<u>3 197 926</u>

Em 31 de dezembro de 2021, existem contas correntes caucionadas disponíveis em várias instituições de crédito, tendo sido constituídas como garantia, livranças e cartas de conforto, que podem atingir o limite autorizado de 8.500.000 euros, montante esse que se encontra distribuído pelas seguintes entidades:

Mutuante	Capital Contratado
Santander Totta	2 500 000
Montepio Geral	1 000 000
Novo Banco dos Açores	3 500 000
Millennium BCP	1 500 000
	<u>8 500 000</u>

Em 2020, foi contratado um novo empréstimo, no montante de 500.000 euros, pelo prazo de seis anos e com um período de carência de dezassete meses, ao abrigo da "Linha Específica COVID-19 – Apoio às Empresas dos Açores". Este financiamento vencerá juros semestrais e beneficia de uma garantia mútua prestada pela GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, SA.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os financiamentos foram remunerados a uma taxa média de 1,00% e 1,88%, respetivamente.

Este financiamento obtido será reembolsado na base do seguinte plano:

Ano 2021

	Empréstimos bancários	Locação financeira	Total
2022	74 074	0	74 074
2023	111 111	0	111 111
2024	111 111	0	111 111
2025	111 111	0	111 111
2026	92 593	0	92 593
	<u>500 000</u>	<u>0</u>	<u>500 000</u>

Ano 2020

	Empréstimos bancários	Locação financeira	Total
2021	2 870 177	423	2 870 599
2022	2 772 000	0	2 772 000
2023	111 111	0	111 111
2024	111 111	0	111 111
2025	111 111	0	111 111
2026	92 593	0	92 593
	<u>6 068 103</u>	<u>423</u>	<u>6 068 525</u>

18.12. PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O capital social da **ATLÂNTICOLINE**, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e em espécie, é representado por 1.429.080 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma, conforme indicado na Nota 20.

De acordo com a legislação vigente, a Sociedade é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

Conforme deliberado em Assembleia Geral realizada em 28 de abril de 2021 o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 841.391,45 euros, foi transferido para reservas legais o valor de 84.139,14 euros e a parte remanescente de 757.252,31 euros para Resultados Transitados.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio teve o seguinte movimento:

	2021	2020
Subsídio ao investimento		
Saldo em 1 de janeiro	14 416 197	15 112 888
Transferência para resultados	-765 473	-696 691
Cauções e depósitos de garantias executados	50 000	0
Saldo em 31 de dezembro	<u>13 700 724</u>	<u>14 416 197</u>
Ajustamentos aos impostos		
Saldo em 1 de janeiro	0	-2 765 659
Desreconhecimento - Tonnage Tax	0	2 765 659
Saldo em 31 de dezembro	<u>0</u>	<u>0</u>
Valor líquido	<u>13 700 724</u>	<u>14 416 197</u>

Em 31 de dezembro de 2020, procedeu-se ao desreconhecimento do saldo transitado do ano anterior de 2.765.659 euros, porque no regime fiscal agora aplicável os subsídios não estão sujeitos a tributação e, desta forma, não haverá que registar no património líquido o ajustamento derivado do imposto que estava associado ao subsídio no anterior regime de tributação.

20. PARTES RELACIONADAS

O capital social da **ATLÂNTICOLINE** é representado por 1.429.080 ações nominativas com valor nominal de 5 euros, cada uma. Em conformidade com o contrato de sociedade, estas ações só poderão pertencer à Região Autónoma dos Açores, a entidades públicas empresariais ou sociedades de capitais exclusivamente públicos. Em 31 de dezembro de 2019, as ações representativas do capital social subscrito e realizado eram detidas pela sociedade Portos dos Açores, S.A. (1.200.000 ações – 83,97%) e pela Região Autónoma dos Açores (229.080 ações – 16,03%). Através da Resolução do Conselho do Governo n.º 129/2019, de 5 de novembro de 2019, publicada no Jornal Oficial, I Série - Número 127, de 5 de novembro de 2019, a Portos dos Açores, S.A. Em 6 de outubro de 2020, foi formalizada a transmissão, a título gratuito, para a Região Autónoma dos Açores, a sua participação de 83,97% no capital social da Atlânticoline.

Em 2020 foram efetuadas as seguintes transações com o ex-acionista Portos dos Açores (Nota 6):

	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos	<u>0</u>	<u>227 058</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a **ATLÂNTICOLINE** apresentava os seguintes saldos devedores e credores com este ex-acionista (Nota 18):

	2021	2020
Fornecedores	0	101 674
Clientes	0	55

23. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Apresentamos algumas divulgações complementares nos parágrafos abaixo.

23.1 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

As principais rubricas de gastos relacionadas com o serviço público de transporte marítimo de veículos e passageiros entre as ilhas do arquipélago dos Açores estão incluídas nos Fornecimentos e serviços externos, conforme quadro seguinte:

	2021	2020
Combustíveis	1 609 461	1 152 510
Outros	528 423	645 371
Trabalhos especializados	436 765	399 972
Conservação e reparação	404 542	350 034
Seguros	187 392	182 766
Deslocações, estadas e transportes	99 069	99 083
Materiais	97 704	138 562
	<u>3 363 357</u>	<u>2 968 298</u>

O valor da rubrica Trabalhos Especializados resulta essencialmente dos gastos com os serviços informáticos, jurídicos, económicos e de contabilidade e revisão de contas.

23.2 GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos anos de 2021 e 2020 detalham-se conforme se segue:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	140 075	136 451
Remunerações do pessoal	2 490 874	2 260 031
Encargos sobre remunerações	341 799	268 792
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	71 422	75 814
Gastos de ação social	1 839	1 326
Indemnizações	903	1 346
Outros	37 425	39 030
	<u>3 084 337</u>	<u>2 782 790</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número médio de empregados era de 113, em ambos os anos.

Existiu a necessidade de contratação sazonal de tripulantes, rececionistas e vendedores para a realização das linhas sazonais Branca e Lilás. Verificou-se um aumento no trabalho extraordinário, em consequência regime de turnos em “espelho” com recurso a horas extraordinárias para garantir o não cruzamento entre membros das tripulações, como forma de mitigar o contágio do Sars-Cov-2 e garantir o cumprimento do serviço público.

A rubrica “Outros” engloba gastos com formação, fardamento e refeições do pessoal nos navios.

O Revisor Oficial de Contas, no exercício das funções de Fiscal Único, foi remunerado no período de 2021 em 10.020 euros (em 2010 – 10.020 euros).

23.3 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os Outros rendimentos tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Rendimentos e gastos em investimentos não financeiros		
Outros	0	111 413
Rendas em propriedades de investimento (Nota 8)	11 880	11 880
Subsídios ao investimento (Nota 18.12)	765 473	696 691
Outros	19 156	2 677
	<u>796 509</u>	<u>822 661</u>

Em 2020, o sinistro ocorrido com lancha Ariel foi indemnizado pela seguradora no montante de 111.413 euros.

As rendas referem-se à utilização parcial do imóvel da Rua Nova das Angústias, referido na nota 8, no montante de 11.880 euros, em 2021 e 2020.

23.4 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros gastos tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Impostos	36 943	52 936
Outros gastos e perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	5 132	6 537
Quotizações	1 548	423
Insuficiência estimativa para impostos	200	0
Multas e penalidades	0	867
Outros	3 191	47 352
	<u>47 014</u>	<u>108 115</u>

Em 2021, a empresa reduziu a utilização das contas correntes caucionadas e amortizou praticamente a totalidade do seu financiamento o que permitiu, comparativamente ao ano de 2020, reduzir as despesas com o imposto selo.

Em 2020, na rubrica “outros” foi registado o montante de 43.579 euros em contrapartida da rubrica Investimentos em curso, referente ao desreconhecimento de despesas iniciais, registadas nos anos 2014 e 2015, do processo de construção de dois navios de 650 passageiros e 150 viaturas, cujo processo de construção foi cancelado.

23.5 JUROS, RENDIMENTOS E GASTOS DE FINANCIAMENTO

Os juros e outros rendimentos similares e gastos e perdas de financiamento dos anos de 2021 e 2020 tinham a seguinte composição:

	2021	2020
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	<u>149</u>	<u>0</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos obtidos	103 958	176 896
Juros valor descontado	548	513
Outros gastos e perdas de financiamento:		
Comissões bancárias	173 421	114 085
Outros	<u>1 187</u>	<u>220</u>
	<u>279 114</u>	<u>291 714</u>

As comissões bancárias estão essencialmente relacionadas com as contas correntes caucionadas, garantias bancárias e com a comissão aplicada pela antecipação da liquidação do empréstimo a médio e longo prazo que implicou um encargo adicional de 75.465 euros.

O Contabilista Certificado



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros


CC nº 1703

O Conselho de Administração



Francisco Duarte da Silva Bettencourt

Vogal executivo



César Augusto Formiga da Cruz

Vogal não executivo

Identificação da entidade e período de relato

As demonstrações orçamentais foram preparadas segundo a NCP 26 – Contabilidade e relato orçamental do SNC-AP e traduzem uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental da entidade no período de 01-01-2021 a 31-12-2021, proporcionando, entre outra, informação sobre o orçamento inicial, as modificações orçamentais, a execução orçamental e o desempenho orçamental.

As demonstrações orçamentais visam a divulgação de informação sobre o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente. O objetivo primordial da preparação das demonstrações orçamentais consubstancia-se na transmissão de forma verdadeira e apropriada da execução orçamental.

1 – Demonstrações previsionais

Segundo a Instrução nº 1/2019 do Tribunal de Contas, referente às entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais previstas na NCP 26, contudo, apresentamos o orçamento aprovado, referente ao ano 2021.

Quadro 1. Orçamento inicial para o ano 2021

Rubrica Designação	Previsão Inicial	Rubrica Designação	Previsão Inicial
RECEITA		DESPESA	
Receita corrente	7 371 849,00	Despesa corrente	8 539 164,00
R05. Vendas de bens e serviços	5 871 343,00	D1 Despesas com o pessoal	2 910 620,00
R7. Outras receitas correntes	500 000,00	D11 Remunerações certas e parciais	1 171 728,00
Receita de capital	10 002 385,00	D12 Abónos variáveis e prémios	848 890,00
R11. Reposição do abato de los pagamentos	0,00	D13 Segurancas sociais	350 092,00
R12. Ativos financeiros	300,00	D2. Aquisição de bens e serviços	5 302 164,00
R13. Passivos financeiros	9 992 453,00	D3. Juros e outros encargos	1 15 300,00
Saldo gerência anterior - de orçamentos	-9 432,00	D6. Outras despesas correntes	87400,00
Total	17 374 234,00	Despesa de capital	8 539 090,00
		D7 Investimentos	33 050,00
		D10 Despesa com ativos financeiros	3 000,00
		D11 Despesa com passivos financeiros	8 600 000,00
		Total	17 374 234,00

2 – Demonstrações de relato individual

As demonstrações de relato individual compreendem a apresentação de:

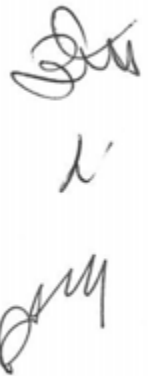
- Uma demonstração do Desempenho Orçamental;
- Uma Demonstração da Execução Orçamental de Receita;
- Uma Demonstração da Execução Orçamental de Despesa;
- Uma Demonstração da Execução do Plano Plurianual de investimento; e
- O Anexo às Demonstrações Orçamentais.

2.1 – Demonstração do Desempenho Orçamental

Esta demonstração permite a análise do desempenho orçamental da Atlânticoline. Apresenta as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos que ocorreram no período contábilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Nesta demonstração também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte; saldo primário; saldo global; saldo corrente e saldo de capital). Apresenta, ainda, informação organizada pela fonte de financiamento e por classificação económica da execução orçamental.

Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos, estão discriminados de acordo com as seguintes fontes de financiamento:

- 500 – Receitas próprias
- 700 – Contratação de empréstimos



Quadro 2 - Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica Designação	FONTES DE FINANCIAMENTO					TOTAL	2020
	RP	RG	UE	EM PR	FUNDOS ALHEIOS		
RECEBIMENTOS							
Saldo de gestão anterior	116 013,30				49 750,00	165 763,30	130 396,55
Operações orçamentais (1)	16 013,30					16 013,30	80 69,65
Restituição do saldo op. orçamentais							
Reversimento do saldo devolvido por entidades termais							
Operações de tesouraria (A)					-49 750,00	49 750,00	-49 705,00
Receita corrente	15 732 925,01			149,04		15 734 074,05	8 978 655,76
R4 Rendimentos de propriedade				149,04		149,04	
R6 Vendas de bens e serviços	5 430 869,85					5 430 869,85	8 205 876,05
R7 Outras receitas correntes	303 055,86					303 055,86	892 776,71
Receita de capital	50 000,00					50 000,00	
R9 Transferências e subsídios de capital	50 000,00					50 000,00	
R91 Transferências de capital	50 000,00					50 000,00	
Receita efetiva (2)	15 782 925,01			149,04		15 784 074,05	8 978 655,76
Receita não efetiva (3)				954 200,00		954 200,00	4 162 795,95
R2 Receita com ativos financeiros							290,35
R3 Receita com passivos financeiros				954 200,00		954 200,00	4 162 505,60
Soma (4)+(1)+(2)+(3)	15 899 938,31			954 349,04		16 854 287,35	13 222 143,36
Operações de tesouraria (B)					250,00	250,00	45,00
PAGAMENTOS							
Despesa corrente	6 541 239,72			226 788,14		6 768 027,86	7 270 171,74
D1 Despesas com o pessoal	3 039 996,41					3 039 996,41	2 755 322,91
D11 Pensões, ajudas de custo e pensões vitalícias	1 092 379,05					1 092 379,05	1 047 699,01
D3 Adónos variáveis ou eventuais	885 160,98					885 160,98	746 424,32
D3 Segurança social	40 262,38					40 262,38	38 157,58
D2 Aquisição de bens e serviços	3 481 858,81					3 481 858,81	4 030 873,00
D2 Juros e outros encargos				226 788,14		226 788,14	3 10 444,19
D5 Outras despesas correntes	39 486,50					39 486,50	62 521,62
Despesa de capital	482 903,79			422,65		483 326,44	40 419,55
D6 Aquisição de bens de capital	482 903,79			422,65		483 326,44	40 419,55
Despesa efetiva (5)	7 024 243,51			227 208,79		7 251 452,30	7 310 591,29
Despesa não efetiva (6)	5 409,68			6 597 469,77		6 602 879,45	5 795 538,77
D8 Despesa com ativos financeiros	5 409,68					5 409,68	2 368,49
D10 Despesa com passivos financeiros				6 597 469,77		6 597 469,77	6 793 170,32
Soma (7)+(8)+(6)	7 029 653,19			6 824 678,56		13 854 331,75	13 106 130,06
Operações de tesouraria (C)					250,00	-250,00	0,00
Saldo para a gestão seguinte	8 870 285,12			-8 870 329,52	-250,00	2 999 705,60	165 763,30
Operações orçamentais (8)=(4)-(7)	8 870 285,12			-8 870 329,52		2 999 835,60	16 013,30
Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)					-250,00	-250,00	48 750,00
Saldo global (2) - (8)	8 766 681,50			-227 039,75		8 532 621,75	1 668 064,47
Despesa primária	7 024 243,51			422,65		7 024 666,16	7 095 147,8
Saldo corrente	8 672 181,25			-226 837,10		8 665 344,15	1 708 484,02
Saldo de capital	-432 903,79			-422,65		-433 326,44	-40 419,55
Saldo primário	8 759 681,50			-278,81		8 759 402,69	1 883 508,58
Receita total (1)+(2)+(3)	15 899 938,31			954 349,04		16 854 287,35	13 271 848,36
Despesa total (8)-(6)	7 029 653,19			6 824 678,56		13 854 331,75	13 106 130,06

2.2 – Demonstração da Execução Orçamental da Receita

Esta demonstração explica todas as fases e eventos da execução orçamental da receita, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas. Tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da receita durante o ano 2021, nomeadamente, as liquidações, os valores cobrados e por receber.

Quadro 3 - Demonstração da Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Designação	Previsões Corrigidas	Receitas por cobrar per. ant.	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reemb. e restit. Emitidas	Reemb. e restit. pagos	Receitas cobradas liq. per. ant.	Receitas cobradas liq. per. corr.	Total Receitas cobradas liq.	Receitas por cobrar final periodo	Grau exec. Orçam. Per. Ant.	Grau exec. Orçam. Per. Corr.
RECEITA														
	Receita corrente	11 940 719,00	1 011 258,14	18 882 871,64	3 216 873,94	16 765 494,47	31 420,42	31 420,42	10 102,26	16 633 051,79	15 734 074,05	922 981,79	10,00%	99,16%
	R4 Rendimentos de propriedade	250,00		149,04		149,04				149,04	149,04			100,00%
	R6 Venda de bens e serviços	11 340 719,00	1 011 258,14	18 599 467,44	3 216 873,94	16 462 290,27	31 420,42	31 420,42	10 102,26	16 329 847,59	15 430 869,85	922 981,79	10,00%	99,14%
	R7 Outras receitas correntes	599 750,00		303 056,16		303 056,16				303 056,16	303 056,16			100,00%
	Receita de capital	50 000,00		50 000,00		50 000,00				50 000,00	50 000,00			100,00%
	R9 Transferências e subsídios de ca	50 000,00		50 000,00		50 000,00				50 000,00	50 000,00			100,00%
	R91 Transferências de capital	50 000,00		50 000,00		50 000,00				50 000,00	50 000,00			100,00%
	R12 Receita com ativos financeiros	500,00												
	R13 Receita com passivos financeiros	9 268 731,00		954 200,00		954 200,00				954 200,00	954 200,00			100,00%
	Saldo gerência anterior - op. orçamentais	114 284,00		116 013,30		116 013,30				116 013,30	116 013,30			100,00%
	Total	17 374 234,00	1 011 258,14	19 982 884,94	3 216 873,94	16 885 797,77	31 420,42	31 420,42	10 102,26	16 783 265,09	16 854 287,35	922 981,79	10,00%	99,22%

2.3 – Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

Esta demonstração explica todas as fases e eventos da execução orçamental da despesa, em coluna, organizada pelas diversas classificações económicas detalhadas. Tem como objetivo permitir o controlo da execução orçamental da despesa durante o ano 2021, nomeadamente, os compromissos assumidos, os valores pagos e por pagar.

Quadro 4 – Demonstração da Execução Orçamental da Despesa

Rubrica	Designação	Despesas por pagar per. ant.	Dotações corrigidas	Cativos / descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liq. rep. per. ant.	Despesas pagas liq. rep. per. corr.	Total despesas pagas liq. rep.	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau exec. Orçam. Per. Ant.	Grau exec. Orçam. Per. Corr.
DESPESA													
Despesa corrente		494 850,91	8 242 362,42	306 524,00	7 481 156,45	7 481 156,45	494 253,24	6 273 872,62	6 768 125,86		713 030,59	5.71%	76.12%
D1	Despesas com o pessoal	45 269,53	3 161 846,21		3 104 902,79	3 104 902,79	45 224,71	2 994 771,70	3 039 996,41		64 906,38	0.68%	94.72%
D11	Remunerações certas e permanentes	6 551,09	1 797 974,21		1 779 028,85	1 779 028,85	6 506,27	1 746 070,58	1 762 576,85		6 452,00	0.92%	97.11%
D12	Abonos variáveis ou eventuais	4 935,28	910 926,00		874 986,43	874 986,43	4 935,28	860 221,70	865 156,98		9 829,45	0.54%	94.43%
D13	Segurança social	23 783,16	452 946,00		450 887,51	450 887,51	23 783,16	388 479,42	412 262,58		38 624,93		85.77%
D2	Aquisição de bens e serviços	449 372,29	4 717 754,86	306 524,00	4 109 063,66	4 109 063,66	448 819,44	3 013 037,37	3 461 856,81		647 206,85	9.51%	63.87%
D3	Juros e outros encargos	209,09	297 126,21		226 786,14	226 786,14	209,09	226 577,05	226 786,14			0.07%	76.26%
D5	Outras despesas correntes	0,00	65 635,14		40 403,86	40 403,86		39 486,50	39 486,50		917,36		60.16%
Despesa de capital		75 523,38	711 426,44		488 816,23	488 816,23	73 218,21	410 108,23	483 326,44		5 489,79	10.29%	57.65%
D6	Aquisição de bens de capital	73 218,21	711 426,44		488 816,23	488 816,23	73 218,21	410 108,23	483 326,44		5 489,79	10.29%	57.65%
D9	Despesa com ativos financeiros	2 305,17	5 445,14		5 409,68	5 409,68	2 305,17	3 104,51	5 409,68			42.33%	57.01%
D10	Despesa com passivos financeiros		8 415 000,00		6 597 469,77	6 597 469,77		6 597 469,77	6 597 469,77			0.28%	78.40%
Total		570 374,29	17 374 234,00	306 524,00	14 572 852,13	14 572 852,13	569 776,62	13 284 555,13	13 854 331,75		718 520,38	3.28%	76.46%

2.4 – Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimento

A demonstração da execução do plano plurianual de Investimento tem como finalidade permitir o controle da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada projeto de investimento, designadamente sobre a forma de:

- Realização;
- Fontes de financiamento;
- Fase de execução;
- Financiamento da componente anual;
- Valor global do projeto; e
- Execução financeira no período e esperada para períodos futuros.

A execução do PPI está necessariamente ligada à execução do orçamento, pelo que os respetivos projetos estão apresentados no próximo quadro.

As fontes de financiamento consideradas são as seguintes:

- 500 – Receitas próprias;
- 700 – Contratação de empréstimos.

Quadro 5 – Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimento

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Rubrica orçamental	Forma de realização	Fonte de financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de execução financeira anual(%)	Nível de execução financeira global(%)
					RP (500)	RG	EU	EMPR(700)	Início	Fim	Ano 2021	Anos seguintes	Total	Anos anteriores	Ano 2021	Total		
Leasing-NBA		Fiat Ducato	D7					19 854,23	02/01/2017	02/01/2021	422,65	0,00	422,65	19 431,58	422,65	19 854,23	100,00%	100,00%
Totais					0,00	0,00	0,00	19 854,23			422,65	0,00	422,65	19 431,58	422,65	19 854,23	100,00%	100,00%

2.5 – Anexo às Demonstrações Orçamentais

O anexo às demonstrações orçamentais é composto pelos seguintes elementos:

2.5.1 – Alterações orçamentais da receita

Destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na receita em 2021. Para uma melhor compreensão importa referir que as alterações orçamentais podem ser:

- Permutativas – quando procedem à alteração da composição do orçamento de receita ou da despesa da entidade, mantendo constante o seu montante global;
- Modificativas – quando procedem à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resultou um aumento global da receita, da despesa, ou de ambas, face ao orçamento que estava em vigor.

Quadro 6 – Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita				Previsões verificadas (7)=(3)+(4)+(5)+(6)
		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			
			Inscrições/reforços (4)	Diminuições/omissões (5)	Créditos especiais (6)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Receita corrente		7 371 849,00	4 568 870,00	0,00	0,00	11 940 719,00
64 - Rendimentos da propriedade			250,00			250,00
66 - Venda de bens e serviços	M/P	6 871 849,00	4 468 870,00			11 340 719,00
67 - Outras receitas correntes	P	500 000,00	99 750,00			599 750,00
Receita de capital		10 002 385,00	144 852,00	4 713 722,00	0,00	5 433 515,00
810 - Transferências de capital	M		50 000,00			50 000,00
812 - Receita com subvenções em M	M	500,00				500,00
813 - Receita com subvenções em M	M	9 982 453,00		4 713 722,00		5 268 731,00
818 - Saldo da prestação anterior - operações orçamentais	M	19 432,00	94 852,00			114 284,00
Total		17 374 234,00	4 713 722,00	4 713 722,00	0,00	17 374 234,00

Os valores mais significativos referem-se ao reforço das Vendas de bens e serviços, de forma a dar cobertura ao recebimento do total da dívida da Região Autónoma dos Açores que transitava de anos anteriores.

2.5.2 – Alterações orçamentais da despesa

À semelhança da demonstração das alterações orçamentais da receita, a demonstração das alterações orçamentais da despesa destina-se a evidenciar as alterações orçamentais que ocorreram na despesa em 2021.

Quadro 7 – Alterações orçamentais da despesa

Rubricas (1)	Tipo (2)	Despesa					Dotações corrigidas (7)=(3)+(4)-(5)+(6)
		Dotações iniciais (3)	Alterações orçamentais			Dotações (6)	
			Inscrições/reforços (4)	Diminuições/anulações (5)	Créditos especiais (6)		
Despesa corrente		8 839 184,00	887 630,56	1 484 452,14	0,00	8 242 362,42	
01 Despesa com pessoal		2 910 620,00	291 626,21	40 400,00		3 161 846,21	
01.1 Remunerações certas e permanentes	M	1 711 728,00	99 546,21	13 300,00		1 797 974,21	
01.2 Alíquotas variáveis e vantagens	M	848 800,00	87 126,00	25 000,00		910 926,00	
01.3 Seguridade social	M	350 092,00	104 954,00	2 100,00		452 946,00	
02 Despesa de materiais e serviços	M	5 952 164,00	464 643,00	1 299 052,14		4 717 754,86	
03 Juros e outros encargos	M	315 000,00	127 126,21	145 000,00		297 126,21	
06 Outras despesas correntes	M	61 400,00	4 235,14			65 635,14	
Despesa de capital		8 535 050,00	714 448,93	117 627,35	0,00	9 131 871,58	
07 Investimentos	M	33 050,00	711 003,79	32 627,35		711 426,44	
09 Despesa com ativos financeiros	M	2 000,00	3 445,14			5 445,14	
014 Despesa com passivos financeiros	M	8 500 000,00		85 000,00		8 415 000,00	
Total		17 374 234,00	1 602 079,49	1 602 079,49	0,00	17 374 234,00	

Os valores mais significativos referem-se ao reforço na rubrica Investimento, de forma a dar cobertura ao investimento efetuado no navio Cruzeiro do Canal que permitiu aumentar a vida útil do bem.

2.5.3 – Alterações ao plano plurianual de investimentos

Não foram efetuadas alterações no orçamento referentes a projetos inscritos.

2.5.4 – Operações de tesouraria

O quadro abaixo, relativo às operações de tesouraria, permite explicar as operações que geraram influxos ou efluxos de caixa, mas não representaram operações de execução orçamental, correspondendo às operações que não são consideradas receita ou despesa orçamental, mas que tiveram expressão na tesouraria e na contabilidade da Atlânticoline.

O saldo que transitava no montante de 50.000,00 euros, referente à caução recebida do fornecedor Hellenic Shipping, ao abrigo do contrato de fretamento de navio destinado à operação de passageiros 2019, foi transferido para a rubrica Outras variações no Capital próprio uma vez que, por motivo de incumprimento contratual, absoluto e definitivo o contrato não foi executado.

Mantêm-se o saldo registado em 2019, de 250,00 euros respeita a um pagamento de uma caução ao fornecedor PT. Empresas para utilização de equipamentos Inmarsat-C.

Quadro 8 – Operações de tesouraria

Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
073	Constituição e reforço de cauções e garantias	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00
0725	Outras despesas de operações de tesouraria	-250,00	0,00	0,00	-250,00
Total	Total	49 750,00	0,00	50 000,00	-250,00

“Contratação administrativa” e “transferências e subsídios” não se aplicam à Atânticoline.

Não existem “Outras divulgações” a acrescentar.

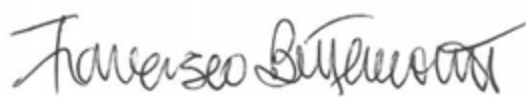
O Contabilista Certificado



Alberto Manuel Rodrigues Cardoso Medeiros

CC nº 1703

O Conselho de Administração



Francisco Duarte da Silva Bettencourt

Vogal executivo



César Augusto Formiga da Cruz

Vogal não executivo



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhor acionista,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas da **ATLANTICOLINE, S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas e, também, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício, tendo presente a matéria referida na Certificação Legal de Contas emitida nesta data.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:
 - (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como, as demonstrações do desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa relativas ao exercício findo naquela data, e
 - (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 25 de março de 2022

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Escritório: Avenida Infante D. Henrique, nº 3 – 1º – 9500-757 Ponta Delgada

Telefone: +351 296 283 246 – Email: geral.acores@uhy-portugal.pt – www.uhy-portugal.pt

A member of UHY, an international association of independent accounting and consulting firms

Sede: Rua das Hortas, nº 9 – 9000-024 Funchal

Inscrita no J. B. O. C. nº 64 – Regitada B-ICM M.M. com o nº 20101471 – NIPC nº 50462903 (I.R.C. Funchal nº 50462903 – Contabilização nº 563004-um)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ATLÂNTICOLINE, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 20.997.614 euros e um total de fundos próprios de 18.687.751 euros, incluindo um resultado líquido de 1.102.541 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **ATLÂNTICOLINE, S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

Existem saldos no montante aproximado de 815 milhares de euros na rubrica de Clientes, contribuintes e utentes com antiguidade relativa que transitam de anos anteriores e, com base na informação disponível nesta data, não nos podemos pronunciar sobre o montante e o momento de realização daqueles créditos a receber em 31 de dezembro de 2021.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliámos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 16.854.287 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 13.854.332 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 25 de março de 2022

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)